



**FACULDADE DE ARQUITECTURA E PLANEAMENTO FÍSICO**

**MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO**

**- PLANEAMENTO REGIONAL (Ramo A)**

**Integração Comunitária nos Processos de Expansão Urbana e na  
Preservação de Espécies Naturais**

**Caso de estudo Município da Manhica**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre

de

**Vilária Gabriel Tamele**

Nº 20225479

Maputo

18 de Novembro de 2024



**FACULDADE DE ARQUITECTURA E PLANEAMENTO FÍSICO**

**MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO**

**- PLANEAMENTO REGIONAL (Ramo A)**

**Integração Comunitária nos Processos de Expansão Urbana e na  
Preservação de Espécies Naturais**

**Caso de estudo Município da Manhiça**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre

de

**Vilária Gabriel Tamele**

Nº 20225479

Supervisor:

Doutor Benedito Murambire Júnior.

Maputo

18 de Novembro de 2024

### Declaração de Originalidade

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ele constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre, da Universidade Eduardo Mondlane.

Vilária Gabriel Tamele

Vilária Gabriel Tamele

**Termo de Aprovação**

**Vilária Gabriel Tamele**

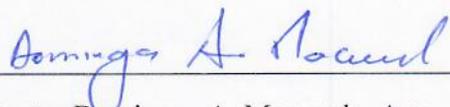
**Integração Comunitária nos Processos de Expansão Urbana e na Preservação de  
Espécies Naturais**

**Caso de estudo Município da Manhiça**

Dissertação submetida ao Júri, designada pelo Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planeamento Regional e Urbano – Planeamento Regional (Ramo A).

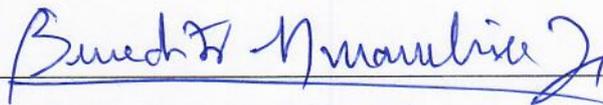
Dissertação aprovada em: Maputo, 18 de Novembro de 2024.

Por:



Doutor Domingos A. Macucule, Arq.

Universidade Eduardo Mondlane



Doutor Benedito J. Murambire Júnior.

Universidade Eduardo Mondlane



Prof.º Doutor Carlos T. G. Trindade, Arq.

Universidade Eduardo Mondlane

## **Dedicatória**

Dedico esta dissertação à todos funcionários do Concelho Autárquico da Vila da Manhiça, em especial ao Sector de Urbanização.

À todas comunidades localizadas em diferentes áreas territoriais, em especial a comunidade da Manhiça.

À todos que possam se interessar por este tema.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida.

Quero agradecer a Universidade Eduardo Mondlane pela oportunidade que me concedeu, em especial a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, sem a qual não teria sido possível concretizar o sonho de continuar com os estudos na mesma área que a formação outrora.

À todos Professores Doutores dos módulos, estou agradecida pelas lições dadas, graças a elas pude chegar ao fim do curso.

Gratidão ao meu supervisor, Doutor Benedito José Murambire Júnior, por ter aceiteado o pedido de orientação para dissertação, pelas instruções, apoio e incentivo em todo percurso do trabalho.

Ao meu esposo pela força que sempre deu e pela paciência e compreensão em momentos que estive ausente.

Gratidão às minhas catalisadoras, Esmeralda Matonse, Ana Bila e Hortência Nhambe que em momentos desanimadores estiveram sempre aptas para me reanimarem.

Aos colegas de turma, valeu a pena a troca de ideias, através de debates em seminários, em especial à Taquibo a companheira de grupo permanente.

À todos que directa ou indirectamente deram o seu apoio para que a minha formação se realizasse.

## Índice

Resumo.....	I
Abstract .....	II
Abreviaturas e siglas.....	III
Capítulo I .....	1
1. Introdução .....	1
1.1. Objectivos.....	3
1.1.1. Geral .....	3
1.1.2. Específicos .....	3
1.2. Objectivos e métodos aplicáveis aos objectivos .....	4
1.3. Contribuição do tema.....	5
1.4. Problema de pesquisa .....	6
1.5. Hipóteses.....	8
Capítulo II .....	9
2. Revisão bibliográfica.....	9
2.1. Enquadramento.....	11
2.1.1. Enquadramento da área de estudo.....	11
Capítulo III .....	12
3. Referencial teórico .....	12
3.1. Comunidade .....	12
3.1.1. Classificação e níveis de comunidade .....	14
3.2. Integração comunitária .....	15
3.2.1. Formas de participação comunitária.....	17
3.2.2. Integração comunitária nos processos de expansão urbana adequada .....	18
3.2.3. Alguns estudos similares à integração, envolvimento e ou participação comunitária em projectos e ou planos de desenvolvimento urbano.....	19
3.3. Planeamento urbano.....	22
3.4. Expansão urbana .....	23
3.4.1. Formas e processos de expansão urbana .....	24
3.5. Integração comunitária na preservação de espécies naturais.....	26
3.5.1. Preservação de espécies naturais .....	26
3.5.2. Integração comunitária na preservação de espécies naturais.....	27
Capítulo IV .....	29
4. Metodologia .....	29

4.1. Quanto a abordagem .....	29
4.2. Quanto aos objectivos.....	29
4.3. Quanto aos procedimentos técnicos.....	29
4.4. Técnicas de análise dos dados.....	31
4.5. Limitações da pesquisa.....	32
4.6. Amostra .....	32
Capítulo V .....	33
5. Resultados e discussão .....	33
5.1. Caracterização e situação socioeconómica da área de estudo.....	33
5.2. Categorização e análise dos dados colectados nas entrevistas .....	34
5.3. Processo de envolvimento comunitário no planeamento e gestão urbana no Município da Manhiça .....	45
5.4. Integração comunitária na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça.....	48
5.5. Integração comunitária nos planos, projectos e programas de desenvolvimento comunitário .....	49
Capítulo VI .....	50
6. Conclusões e recomendações .....	50
6.1. Conclusões.....	50
6.2. Recomendações .....	51
Capítulo VII .....	53
7. Referência bibliográfica.....	53

## **Índice de tabelas**

Tabela 1 - Ilustrando objectivos e métodos aplicáveis aos objectivos .....	4
Tabela 2 - Comportamento da amostra .....	35
Tabela 3 - Mapa categorizada da análise temática do fenómeno envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana.....	35
Tabela 4 - Mapa categorizada da análise temática do fenómeno envolvimento comunitário na preservação de espécies naturais .....	41
Tabela 5 - Estágio de evolução de envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana no Município da Manhiça .....	46

## **Índice de figuras**

Figura 1 - Enquadramento da área de estudo .....	11
--	----

## **Índice de esquemas**

Esquema 1 Procedimentos metodológicos.....	30
Esquema 2 Técnicas de recolha de dados.....	31

## **Resumo**

O envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais, cria um vínculo entre a comunidade e o estado, podendo permitir intercâmbio entre o poder público e comunitário, capaz de melhorar e adequar os processos mencionados, o que por sua vez pode garantir a manutenção da biodiversidade e equilíbrio ambiental a nível das comunidades. A falta de integração comunitária nestes processos cria um isolamento da comunidade e ela pode se tornar rebelde e se desinteressar com o processo. O objectivo deste estudo é analisar o envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais, de forma a entender como é que o envolvimento comunitário pode melhorar e dinamizar estes processos no Município da Manhiça. Especificamente pretende-se identificar as formas de envolvimento comunitário, compreender como é que o envolvimento comunitário pode melhorar e dinamizar os processos referenciados. Com base no método qualitativo, na abordagem descritiva e analítica com o levantamento bibliográfico, observação participante e em forma de entrevistas fez-se a recolha dos dados. Análise temática gerou resultados em relação ao envolvimento comunitário, o que permitiu perceber as formas, o nível de envolvimento e como pode melhorar e dinamizar processos de expansão urbana e preservação de espécies naturais. Recomenda-se medidas que permitem uma melhor integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies, onde a comunidade deve ser envolvida de forma real, profundo, inclusivo e abrangente tendo em conta às várias opiniões da comunidade a serem colocadas em prática.

**Palavras-chaves:** Comunidade; Integração Comunitária; Planeamento Urbano; Expansão Urbana; Preservação de Espécies Naturais.

## **Abstract**

Community involvement in the processes of urban expansion and the preservation of natural species, creates a link between the community and the state, which can allow exchange between public and community authorities, capable of improving and adapting the mentioned processes, which in turn can ensure maintenance of biodiversity and environmental balance at community level. The lack of community integration in these processes creates isolation for the community and it can become rebellious and disinterested in the process. The objective of this study is to analyze community involvement in urban expansion processes and the preservation of natural species, in order to understand how community involvement can improve and streamline these processes in the Municipality of Manhica. Specifically, the aim is to identify forms of community involvement, understand how community involvement can improve and streamline the processes mentioned. Based on the qualitative method in a descriptive and analytical approach with bibliographical research, participant observation and data collection in the form of interviews. Thematic analysis generated results in relation to community involvement, which allowed us to understand the forms, level of development and how it can improve and streamline processes of urban expansion and preservation of natural species. Therefore, measures are recommended that allow better community integration in the processes of urban expansion and the preservation of species, where the community must be involved in a real, deep, inclusive and comprehensive way, taking into account the various opinions of the community to be put in place.

**Keywords:** Community; Community Integration; Urban Planning; Urban Expansion; Preservation of Natural Species.

## **Abreviaturas e siglas**

MICOA- Ministério para Coordenação da Acção Ambiental

MITADER- Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

DEPCAM- Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial

ONU- Organização das Nações Unidas

ONG- Organização Não-governamental

IMPACTO- Projectos e Estudos Ambientais

LNEC- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Portugal)

CAVM- Conselho Autárquico da Vila da Manhiça

## Capítulo I

### 1. Introdução

A expansão urbana é um processo de dinamização dos novos territórios, este processo pode consistir na reestruturação de novas áreas de ocupação, na redistribuição dos serviços básicos vias de acessos, redes (de água e eléctrica) e equipamentos sociais. Este tem impacto na biodiversidade através da alteração dos habitats e ecossistemas, criando ameaças à preservação de certas espécies no caso das espécies típicas e ou nativas, sendo estas que surgem em certos climas e em algumas áreas restritas.

Quando não acompanhado com instrumentos de ordenamento territorial, pode resultar em ocupações desordenadas, inadequadas e urbanização informal, caracterizado por condições precárias e de maior vulnerabilidade. Conforme Alves et.al. (2010, p.142) faz com que situações de pobreza e vulnerabilidade social, presentes em muitas áreas periféricas e periurbanas, sejam agravadas por exposição a riscos e degradação ambiental, tais como enchentes, deslizamentos de terra, poluição, contacto com doenças de veiculação hídrica, etc. e destruição total das áreas ambientais com a destruição de habitats com o risco de extinção de espécies como é o caso das espécies endémicas.

Pode se considerar que uma expansão urbana adequada, requer a definição dos planos, projectos e programas que permitam um intercâmbio entre os diferentes actores tendo como foco a comunidade e a sociedade no geral, uma vez ser este o grupo visado que irá se beneficiar deste processo, desde a elaboração das próprias políticas, sua implementação, sua execução até a fiscalização e monitoria tendo em consideração a sua inserção nesse mesmo espaço territorial. Bem como a definição das áreas ambientais com protecção total incluindo áreas de preservação de espécies naturais.

Para Ribeiro et. al. (2013, p.181) promover a integração da educação ambiental e a participação comunitária são um passo relevante para que haja aproximação da comunidade na gestão das áreas protegidas.

A integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais pode constituir um novo paradigma na medida em que eles como beneficiários, através de acompanhamento directo de todas actividades pode haver um intercâmbio directo e sucessivo podendo permitir uma relação directa entre os provedores das políticas públicas e a comunidade sendo esta que irá se beneficiar, com esse envolvimento poderá dar o seu contributo no que gostaria que fosse e o que gostaria que se incluísse nesses planos de expansão urbana, bem como a protecção e preservação das áreas protegidas de espécies naturais, sendo estas áreas que lhes identificam podem se, sentir melhor em fazer parte dos que zelam por essas áreas de preservação ambiental.

O envolvimento da comunidade nos processos de expansão urbana pode resultar em espaços bem estruturados com o seu melhor acompanhamento e seu contributo com valores tradicionais e empíricos, e na preservação de espécies naturais pode aumentar o valor e reconhecimento da importância destas áreas por parte da comunidade, o que pode garantir o

melhor funcionamento uma vez que na integração comunitária haverá colaboração e poderá se buscar os consensos o que pode resultar nos planos de desenvolvimento sustentáveis atendendo aos desejos da própria comunidade.

De acordo com Do Nascimento (2019, p.21) a participação comunitária visa agora a reflexão sobre as repercussões espaciais, partindo de análise das discrepâncias urbanas e regionais, procurando reparar as fendas da vida urbana e assumindo o papel catalisador de mudança social.

É neste âmbito que a pesquisa suscitou o interesse pela integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhica.

No processo de expansão urbana, sendo que tem a ver com elaboração dos planos de gestão de novas áreas, a reestruturação do território carece de políticas bem definidas e um planeamento integrado, necessitando infalivelmente de um acompanhamento de vários intervenientes incluindo a própria comunidade local. A integração da comunidade pode melhorar e dinamizar processos para uma expansão urbana adequada, uma vez que irá permitir a participação e ou envolvimento comunitário integrado no âmbito de definição de plano de expansão urbana, projectos e programas de desenvolvimento urbano, bem como a sua implementação, execução, fiscalização e monitoria de todas actividades, a própria comunidade pode se sentir envolvida e responsabilizada pelo sucesso do trabalho durante o seu percurso.

Na preservação de espécies naturais a integração comunitária pode permitir um controlo profundo e protecção das áreas de preservação das espécies endémicas, uma vez que as mesmas identificam a comunidade como tendo a responsabilidade de salvaguardar a sua identidade.

A comunidade pode subsidiar desde a definição dos planos e projectos e ao âmbito da sua execução. Conforme Santiago (2009, p.22) os membros da comunidade são os maiores conhecedores das tradições locais, por as terem integrado no mesmo sistema cultural, de referência para a comunidade e continuarem a ser praticantes.

Com o intercâmbio técnico-tradicional o processo de expansão urbana e preservação de espécies naturais pode decorrer num ambiente harmónico, sendo que com a capacitação, sensibilização e consciencialização do grupo comunitário os resultados podem superar as expectativas esperadas, por parte do conselho executivo e técnico institucional podendo garantir um melhor processo para expansão urbana adequada e na protecção e preservação das áreas endémicas.

## **1.1. Objectivos**

### **1.1.1. Geral**

O objectivo geral é de entender o envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça.

### **1.1.2. Específicos**

Os objectivos específicos que permitiram a melhor percepção em relação ao envolvimento comunitário, o nível e as suas formas de envolvimento no Município da Manhiça, são a seguir apresentados:

- Identificar integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça;
- Identificar e entender as formas de integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça;
- Compreender como é que a integração comunitária pode melhorar ou dinamizar processos de expansão urbana adequada e gestão, protecção e preservação de espécies naturais no Município da Manhiça;
- Propor melhorias de integração comunitária nos processos para expansão urbana adequada e para uma boa gestão de áreas de preservação de espécies naturais no Município da Manhiça.

## 1.2. Objectivos e métodos aplicáveis aos objectivos

A tabela abaixo apresenta os objectivos e métodos aplicados usados para o seu alcance.

Tabela 1 – Ilustração dos objectivos e métodos aplicáveis aos objectivos

Descrição dos objectivos		Método aplicável		
		Abordagem	Objectivos	Procedimentos técnicos
<b>Objectivo geral</b>	➤ Analisar a integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça.	Qualitativa	Analítico e Descritivo	Bibliográfico, Documental, observação participante Entrevistas,
	➤ Entender como é que a integração comunitária pode melhorar ou dinamizar processos para uma expansão urbana adequada e na preservação espécies naturais no Município da Manhiça.	Qualitativa	Analítico e Descritivo	Bibliográfico, Documental, observação participante Entrevistas,
<b>Objectivos específicos</b>	➤ Identificar integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça;	Qualitativa	Descritivo	Observação participante, entrevistas
	➤ Identificar e entender as formas de integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça;	Qualitativa	Analítico Exploratório e descritivo	Bibliográfico, Documental entrevistas
	➤ Compreender como é que a integração comunitária pode melhorar ou dinamizar processos de expansão urbana adequada e gestão, protecção e preservação de espécies naturais no Município da Manhiça;	Qualitativa	Analítico, Exploratório e Descritivo	Bibliográfico Documental entrevistas
	➤ Propor melhorias de integração comunitária nos processos para expansão urbana adequada e para uma boa gestão de áreas de preservação de espécies naturais no Município da Manhiça.	Qualitativa	Descritivo	Bibliográfico Documental, Entrevistas

### 1.3. Contribuição do tema

O tema pretende contribuir para fazer perceber que o envolvimento da comunidade em diversos assuntos de tomada de decisão, que pode resultar no desenvolvimento comunitário e local de forma inclusiva e sustentável. Para incumbir posteriormente a todos, a necessidade de valorizar a participação real, profunda e abrangente da comunidade e da sociedade no geral, sendo que é um dos factores que impulsiona o desenvolvimento sustentável.

A escolha do local de estudo teve a ver com o facto de ser uma autarquia, que dispõe de políticas de expansão urbana, com base nos planos promotores da mesma, que por sua vez devem prover áreas de preservação de espécies naturais, como forma de manter espécies nativas que identificam a comunidade e que promovem o equilíbrio ambiental.

O tema tem um enorme contributo em diversas áreas, podendo-se destacar para a presente pesquisa:

**Ambiental:** com a integração da comunidade, ela responsabiliza-se pelos actos de salvaguarda do ambiente, e passa a desenvolver acções de protecção ambiental sustentáveis. Há um autocontrole e a comunidade age de forma responsável para com o ambiente, daí que tem em conta aos impactos que as actividades que realiza pode causar ao meio ambiente.

**Social:** pretende a pesquisa, fazer entender a sociedade no geral que é bastante pertinente envolver a comunidade na busca de soluções para o desenvolvimento local, uma vez que as opiniões diversas poderão resultar em melhores soluções e decisões, tendo em conta as necessidades dos que serão beneficiados.

**Académica:** importa a pesquisa convidar os académicos a maiores debates dada a importância de integrar a comunidade no desenvolvimento de acções e políticas que possam proporcionar uma melhor expansão urbana e adequada, através de planos urbanos que vão potencializar um desenvolvimento local sustentável. E sendo que a própria comunidade beneficia-se das políticas desenhadas, quando acompanhado desde a base poderá facilitar a sua compreensão, o seu cumprimento e a sua implementação, uma vez que terá participado e opinado na sua elaboração. Pelo que há necessidade de se desenvolver mais pesquisas nesta ordem de ideia, para melhor aprofundar e diversificar mais estudos no contexto de envolvimento da comunidade na tomada de decisões.

**Científica:** a pesquisa traz uma abordagem de envolvimento da comunidade como um fenómeno a ser estudado e aprofundando, para trazer resultados que permitam a percepção e entendimento do mesmo, para entendimento da sua influência quando envolvida em diversos assuntos, em particular na elaboração de políticas que a própria comunidade irá se beneficiar, no caso de planos de expansão urbana e acções de preservação de espécies naturais.

#### **1.4. Problema de pesquisa**

A comunidade local tem sido uma referência ancestral integrada dos territórios, composta por diversas etnias, cada uma com sua cultura, hábitos e costumes, embora de forma geral acabam sendo comuns, desta forma há uma exigência em termos de regras de forma a albergar todo diferenciado mencionado anteriormente. Neste caso surge a necessidade de se definir um regulador de normas de convivência a nível da comunidade local desde líderes comunitários, secretários dos bairros e chefes de quarteirões.

O artigo I da lei de terra no seu disposto no número 1 a comunidade local é o agrupamento de famílias ou indivíduos vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, locais de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas em expansão.

É importante envolver-se a comunidade que para além de ser representante tradicional dos territórios locais e conhecedor de áreas com espécies naturais, pode se considerar um grupo influente de forma geral nas áreas onde a mesma se localiza. Com o poder de tomada de decisão em diversos assuntos no âmbito de desenvolvimento local, onde é possível identificar problemas que afectam a comunidade, as suas necessidades, daí que junto ao poder público pode-se debater de forma a se achar soluções. Esse processo todo só é possível com o envolvimento da comunidade a participar em diversos assuntos do seu interesse para o seu benefício.

Conforme Simione (2018, p.15) a participação comunitária reforça a legitimidade das acções do governo, melhorando a transparência e controle social ao que se pretende assegurar, que as preferências e valores das comunidades sejam consideradas nas escolhas e concepção de políticas.

O que pode melhorar o comprometimento do poder público, onde a própria comunidade ficará mais organizada e sentir-se-á mais responsabilizada em colaborar na elaboração dos planos, que poderão ser sustentáveis e conseqüentemente melhorar o desenvolvimento comunitário local, bem como a criação de comité de gestão ambiental a nível local que poderá responder a todos assuntos ligados aos aspectos ambientais incluindo a preservação e protecção das espécies naturais.

Igualmente Filho Silva et al (2016, p.3) sustenta que o desenvolvimento de qualquer processo através da participação se constitui como instrumento de fortalecimento da comunidade, visto que os moradores passam de espectadores a protagonistas das questões que lhes dizem respeito, contribuindo directamente no desenvolvimento e planeamento local.

A falta de integração comunitária nas políticas e actividades relativas ao processo de expansão urbana, pode criar desafios no âmbito da sua implementação e execução, uma vez que a estrutura comunitária constitui a base de informação desde os próprios limites entre territórios, à nível ínfimo, a sua composição, no que diz respeito as espécies naturais (animais e vegetais), os recursos, património histórico, hábitos e costumes, áreas protegidas

tradicionalmente, ou seja todos os valores que representam territórios virgens ou mesmo já estruturados há sempre uma comunidade que lhes representa.

A falta de integração comunitária nos processos de expansão urbana pode abrir espaço para que o grupo sinta-se excluído, transparecendo que os provedores das políticas no seu processo estejam a arrumar algo que a própria comunidade não deve estar a par ou tomar conhecimento, o que pode levantar por parte dos isolados uma rebeldia e desinteresse total na participação ou cooperação em todo processo de planeamento desde elaboração, implementação e execução dos planos de expansão urbana bem como na protecção e preservação de espécies naturais.

O descontentamento comunitário devido a exclusão nos assuntos decisivos pode se repercutir no momento de por em prática as políticas desenhadas, em que com a ausência do seu envolvimento poderá não se ter em consideração aos seus desejos e se isso acontecer os resultados serão também incoerentes, o que pode retardar o desenvolvimento local já que não haverá nenhuma colaboração devido ao sentimento de insatisfação por parte da comunidade.

Por isso para Portela (2005, p.37) a ausência de participação da sociedade, principalmente dos sectores populares faz com que as iniciativas governamentais de planeamento sempre careçam de credibilidade e representatividade política.

Diz ainda que a ausência de uma interacção entre os segmentos da sociedade tende a fazer com que muitas das acções públicas sejam mal projectadas tornando-se incapazes de alcançar totalmente os objectivos propostos. Em que para ele quando tratada apenas como objecto e não como um dos sujeitos do processo de gestão e implementação dessas acções a sociedade civil tende a não se identificar com elas.

O autor pretende transmitir que a falta de interacção entre o poder público e a sociedade, sobre tudo quando a mesma não for integrada profundamente, pode sentir-se instrumentalizada, manipulada e excluída, daí que pode não se interessar com as políticas definidas, logo a sua implementação pode ser também insustentável.

Foi neste âmbito que realizou-se a pesquisa no Município da Manhiça, que localiza-se no sul de Moçambique na província de Maputo no distrito de Manhiça, que dista a 80km da cidade de Maputo, composto por duas localidades, Manhiça-Sede onde se encontra o coração da vila e centra-se o núcleo urbano e localidade de Maciana composto totalmente pelos bairros em expansão, diferentemente da vila-sede onde a expansão urbana é parcial e acompanhada por parcelas bem definidas, que provavelmente tenham sido projectadas pelos processos de planeamento no caso dos planos de pormenor.

Desta feita tem-se como questões de pesquisa:

- 1) De que maneira se pode integrar a comunidade nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça?
- 2) Como é que a integração comunitária pode melhorar e dinamizar processos para uma expansão urbana adequada, e como pode impulsionar a protecção e preservação de espécies naturais no Município da Manhiça?

3) Até que ponto a integração comunitária pode melhorar processos de expansão urbana, preservação e protecção de espécies naturais no Município da Manhiça?

### **1.5. Hipóteses**

- A integração comunitária no Município da Manhiça pode melhorar os processos de expansão urbana e preservação de espécies naturais.
- Os planos de expansão urbana abrem espaço para que a integração comunitária nos processos de expansão urbana bem como na preservação de espécies naturais sejam eficientes.
- No Município da Manhiça as políticas de urbanização contribuem para integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais.

## Capítulo II

### 2. Revisão bibliográfica

Neste capítulo é feita a revisão bibliográfica, de forma a trazer alguns estudos realizados no contexto da presente pesquisa, numa abordagem científica de estudos similares já realizados, com contributo no envolvimento e ou integração comunitária em diversos assuntos em particular nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais.

Num estudo realizado por Alves et.al. (2022, p.4), com a interpretação ambiental e educação ambiental crítica no ecoturismo é possível criar-se inúmeras possibilidades de inclusão social por meio de educação ambiental, fomentando a participação da população nos processos de decisão.

Segundo Alves et.al. (2022, p.175) a pesquisa realizada o ecoturismo com papel transformadora, envolve a sensibilização das pessoas, o envolvimento e fortalecimento das comunidades locais, onde a actividade se torna parte importante das estratégias que visam causar um impacto socioambiental positivo. Para estes autores, a comunidade tem respostas, para tal precisa ser estimulada de forma colectiva. Daí que os órgãos públicos devem envolver a comunidade desde início dos programas e ou projectos, nas suas localidades devendo lhes proporcionar um canal de expressão, só assim estar-se-á a exercer o potencial de sensibilização das pessoas.

Conforme Alves et.al. (2022, p.184) algumas experiências inclusivas, demonstram o potencial das estratégias participativas no intuito de promover a aproximação e a inclusão das comunidades, em busca de uma gestão territorial mais democrática. Com ênfase na comunidade local, sendo que cada comunidade tem as suas características únicas em cada lugar. É essencial envolver a comunidade local no processo de elaboração dos planos pois haverá mais engajamento da população. (Alves et.al, 2022)

Para Carvalho et. al. (2016, p.208) o conhecimento construído colectivamente tende a subsidiar acções com um maior espectro de abrangência por incluir diferentes visões. Na sua pesquisa em relação as estratégias de integração no manejo do fogo no Parque de Serra houve a participação da comunidade local onde buscou-se no histórico e causas de incêndios, fez-se também o levantamento de propostas para a redução dos incêndios junto à comunidade, onde o manejo integrado do fogo foi levantado como resposta ao problema de fogo naquele parque.

Conforme Kunhavalk et.al. (2015, p.310) na pesquisa realizada por eles constantou-se que inicialmente na criação da Floresta Nacional Condendas do Sincorá, não houve envolvimento nem consulta à comunidade local, mas posteriormente houve esforços empreendidos no sentido de incluir os históricos excluídos inicialmente. Daí pode se comprovar na prática, que a inviabilidade de qualquer projecto sem a contribuição do conhecimento comunitário que possuem sobre os processos naturais e as práticas de manejo adaptadas aos biomas em que vivem. E a partir do momento que se integrou a comunidade local a participar na construção de plano de manejo da floresta, houveram avanços com empoderamento da comunidade, onde notou-se também o uso sustentável dos recursos

naturais na floresta. Os avanços decorreram com envolvimento de governança local incluindo a comunidade local (Kunhavalk, 2015)

Para Correia et.al (2018, p.824) com a experiência obtida nos processos de inclusão e a participação, da comunidade no desenvolvimento e planeamento da cidade por meio do plano director participativo, permitiu que as ocupações tomassem consciência crítica e servissem de baliza no desenvolvimento local, permitindo a comunidade do direito à cidade. No caso o novo sentido de urbanidade contribui historicamente para incluir populações marginalizadas na pauta do desenvolvimento. Onde as políticas urbanas devem ser ações criadas e operadas pelo estado junto aos diversos segmentos da sociedade civil, a fim de garantir as decisões, planeamento e acesso ao engajamento de todos no desenvolvimento local.

Conforme Cunha (2023, p.37) com a pesquisa de envolvimento da comunidade na valorização do património, realça que este processo compreende vários níveis de participação, tanto das comunidades como dos restantes agentes. Onde a participação dos cidadãos tornou-se uma obrigação ética e uma necessidade política, que promove a convivência para a melhor qualidade de vida.

O envolvimento da comunidade, enquanto preocupação da maior actualidade, deve naturalmente, ter em vista o desenvolvimento social, económico, ambiental e sustentável, ao encontro dos objectivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030. (Cunha, 2023, p.38)

É necessária a consulta das populações locais para que se obtenham sugestões e ajuda, relativamente ao respeito e vigilância no caso do património. Esta autora realça ainda que o público deve ser informado das decisões de forma aberta e transparente, e deve-se recorrer a uma linguagem clara e acessível a todos, para que possam conhecer discutir e apreciar os motivos das decisões e assim possam participar de forma esclarecida na elaboração dos programas. No caso de envolvimento da comunidade na valorização do património a autora constantou a medida que o público alcança maior participação, passa a ser imposta uma maior responsabilidade para com o património e a sua salvaguarda.

Pelo que a participação activa da comunidade deve estar prevista e integrada nas políticas de conservação patrimonial, tendo como base a colaboração de todas as partes e esse envolvimento deve assentar no acesso a informação ou reconhecimento, um elemento importante de conservação integrada.

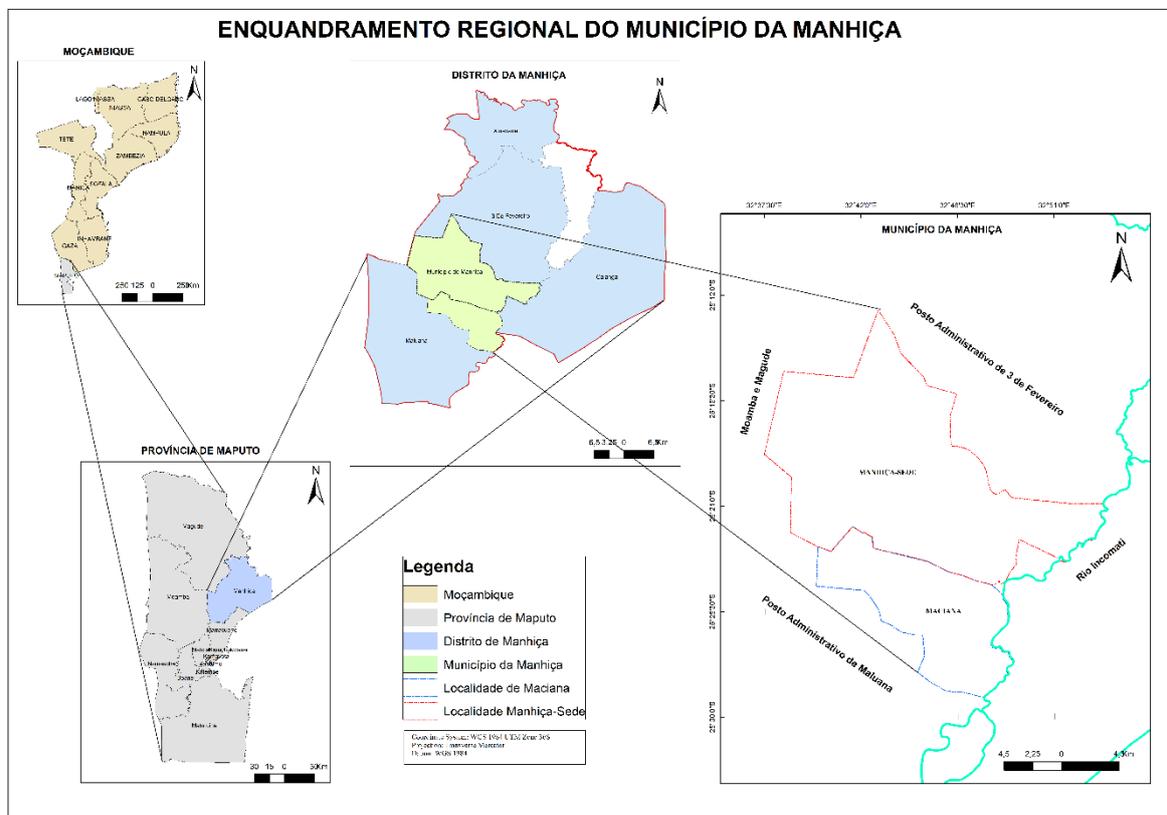
## 2.1. Enquadramento

### 2.1.1. Enquadramento da área de estudo

O presente trabalho aborda a integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais no Município da Manhica, que localiza-se no sul de Moçambique na província de Maputo no distrito da Manhica. Conforme MICOA (2012, p.1) o distrito da Manhica com uma área de 2.400 km<sup>2</sup>, faz limites a norte distrito de Magude, sul distrito de Marracuene e oceano indico, este distrito de Bilene e oeste distritos de Magude e Moamba.

Por sua vez o Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) através do Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial (DEPCAM) (2015, P.5) a Vila Sede da Manhica, situa-se ao longo da Estrada Nacional N1 Sul-Norte de Moçambique, há cerca de 80km da Cidade de Maputo, na parte centro Ocidental do Distrito da Manhica. É limitada a Norte pelo Posto Administrativo 3 de Fevereiro, a Sul pelo Posto Administrativo de Maluana, a Este pelo rio Chiculuvanine e Oeste pelos Distritos de Magude e Moamba. Composto por duas localidades, Manhica-Sede onde se encontra o coração da vila e centra-se o núcleo urbano e localidade de Maciana, sendo esta que compõe a maior parte de áreas em expansão. Conforme ilustra o mapa de enquadramento distrital e Municipal 11 e em anexo 1, o mapa das localidades em anexo 2 respectivamente.

Figura 1 - Enquadramento da área de estudo



Fonte: adaptada pela autora a partir do CAVM.

## Capítulo III

### 3. Referencial teórico

#### 3.1. Comunidade

De acordo com Góis (1994, sem pag.) a comunidade é uma instância da sociedade ou da vida e um povo ou nação que reflecte com uma dinâmica própria, é o lugar de moradia, de permanência estável e duradoura, de crescimento, de orientação e de protecção da individualidade frente à natureza e à sociedade.

Segundo Mendes (2013, p.5) “sob ponto de vista do senso comum, o conceito de comunidade implica a existência de um vínculo ou de características comuns que unem um grupo de indivíduos, características essas que, por si só ocorrem para a existência de linhas identitárias que diferenciam esse grupo dos outros.”

Francisco (2007 como citado em Alegre 2012, p.14) comunidade é o quotidiano dos indivíduos e grupos que partilham condições sociais comuns e, face a elas, organiza o seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria.

Ainda na sua citação Barry Checkoway (2009 como citado em Alegre 2012, p.15) diz que a comunidade pode ser também concebida como uma unidade relativamente pequena de solução de problemas de uma sociedade.

Serason (1974 como citado em Elvas 2009, p.5) comunidade é uma rede de relacionamento prontamente disponível onde se pode apoiar e defender.

Uma comunidade pode designar um conjunto de pessoas que partilham uma mesma história e identidade, ou seja uma herança social comum, costumes, tradições, língua ou etnia.

Ander-Egg (2003 como citado em Lopes 2017, p.12) conceito comunidade pode ser utilizado para fazer referência a uma rede de pessoas que estabelecem laços e relações interpessoais, sendo uma comunidade caracterizada por ter uma forte dimensão psicológica-pessoas ou consciência de semelhança e pertença.

Ander-Egg (2003 como citado em Lopes 2017, p.12) realça ainda que um grupo de pessoas, por si só não constituem uma comunidade, visto que existem outros elementos que em complementaridade com este enriquecem e tornam mais coerente o sentido do conceito. Neste caso um conjunto de pessoas pode ser considerado uma comunidade quando os indivíduos começam a estabelecer relações interpessoais e partilham um território.

Tonnies (1974 como citado em Elvas 2009, p.5) define a comunidade como sendo um nível de agregação social que desde há muito tempo se distingue em formas e níveis de agrupamento ou agregações sociais que vão piramidalmente desde o individuo como sujeito social (pessoa) até aos outros níveis sociais mais altos (instituições).

Para Elvas (2009, p.6) a comunidade não se focaliza unicamente nos contextos geográficos. Conforme Sarason (1974) o termo pode referir vários contextos incluindo redes sociais, incluindo localidades, organizações comunitárias, profissionais, institucionais, religiosas ou grupos pequenos.

Desta forma, comunidade diz respeito a todo o tipo de grupos ou organizações que partilham problemas, interesses e recursos que interagem uns aos outros e que pertencem a um determinado contexto.

Heller (1989 como citado em Elvas 2009, p.6) existem pelo menos, dois modelos conhecidos para definir o termo comunidade:

- No que diz respeito a uma localidade com referência a uma noção territorial ou geográfica, onde os membros estão unidos através de um local e onde as relações interpessoais se desenvolvem em função da proximidade, não necessariamente da escolha.

- E, o segundo modelo que trata a comunidade relacional referente a qualidade da interacção humana e as ligações sociais que une os indivíduos de mesmo grupo. Neste caso as comunidades geográficas e relacionais são similares, ambas são compostas por pessoas, instituições e serviços.

Entretanto nesta pesquisa abordou-se a comunidade local, subponto de vista geográfico e ou territorial, sendo esta comunidade a que representa um espaço territorial.

Dalton e Elias (2001 como citado em Elvas 2009, p.8) uma comunidade sob ponto de vista de localidade corresponde a tradicional concepção de comunidade, e isto inclui prédios, urbanizações, bairros, pequenas aldeias, regiões rurais e urbanas, onde os laços interpessoais entre os membros da comunidade (residentes) são baseados a proximidade e não necessariamente em função da escolha. E neste tipo de comunidades, os amigos são muitas vezes os vizinhos.

O artigo I da lei de terra, lei n° 19/97 no número 1, a comunidade local é definida como um “agrupamento de famílias ou indivíduos vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, agrícolas sejam cultivadas ou em pousio, florestas, locais de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas em expansão”.

O artigo 24 da lei de terra no número 1 nas alíneas a),b) e d) as comunidades locais nas áreas rurais participam na gestão de recursos naturais, na resolução dos conflitos, e na identificação dos limites dos terrenos por elas ocupados.

Este artigo 24 da lei de terra aparece para sustentar basicamente aquilo que se pretende tratar, uma vez que a intenção da pesquisa é analisar a integração comunitária nos processos para expansão urbana adequada e na preservação de espécies naturais.

Tendo em conta as diversas percepções dos vários autores em relação a comunidade pode se referir que a comunidade é o dia-a-dia de grupo de indivíduos com a capacidade de solucionar problemas que lhes envolvem. Pode se considerar conjunto de indivíduos com o mesmo passado, costumes tradições, etnia e língua.

Nota-se uma evolução do conceito em que Lopes (2017, p.12) traz uma nova abordagem ao se referenciar que a comunidade nunca está de forma isolada, sendo que há uma envolvente que lhe complementa, incluindo o território como espaço ou lugar. Ou seja passa a se considerar comunidade a relação entre os indivíduos e o uso simultâneo do espaço

geográfico em que se encontram inseridos. Cujo mesmo espaço e ou território necessita de uma melhor organização de forma a permitir melhorar a interacção referenciada, sendo pertinente que seja integrada a própria comunidade para melhor se traçarem acções, soluções e estratégias para a sua gestão, podendo ser através de planeamento de várias acções que possam conduzir a um processo de expansão urbana adequado e uma boa gestão das áreas de preservação de espécies naturais.

Nota-se uma evolução do conceito conforme o pronunciamento de Elvas (2009, p.6) ao afirmar que a comunidade não se focaliza unicamente no contexto geográfico, pois também inclui as organizações comunitárias, profissionais, institucionais religiosas e ou pequenos grupos. Desde que haja interacção sistemática e esta aconteça, no mesmo espaço geográfico, pode-se considerar comunidade. É basicamente este intercâmbio que se refere, que com a integração deste grupo de diversos actores que formam a comunidade, pode permitir um processo para expansão urbana adequada e uma boa gestão de áreas de preservação de espécies naturais, melhor pode ser, também se acompanhado com as políticas bem desenhadas pelo poder público e se a sua implementação for adequadamente considerada.

### **3.1.1. Classificação e níveis de comunidade**

Pode se considerar comunidade a diferentes situações como: localidade, comunidades institucionais, famílias *gangs* de rua, amigos, vizinhos, religião, clube, eventos nacionais e formas organizacionais. Em suma considera-se vários níveis até mesmo micro sistemas, institucionais ou organizacionais e localidades. (Sarason conforme citado em Elvas 2009, p.7)

Daí que destacam-se os seguintes níveis de comunidade:

#### **Territorial ou geográfico**

Relacionais (grupos sociais, organizações contexto de trabalho e educacionais, estruturas colectivas de poder. Por sua vez subdivide-se em três níveis de comunidade sendo: micro sistemas, grupos auto ajuda, sala de aulas.

#### **Organizacional (grupos comunitários, religiões, congregações e locais de trabalho) localidade (bairro, vizinhança, cidade, vila e aldeia)**

Esta compreende a tradicional concepção de comunidade, inclui prédios, urbanização, bairros, pequenas aldeias, regiões rurais e urbanas.

Olhando para esta classificação de comunidade pode se considerar que o nível de comunidade que se abordou neste estudo foi a nível local e ou da localidade, em que de forma abrangente importou a pesquisa entender a integração comunitária tradicional nos processos para expansão urbana e na preservação de espécies naturais, onde procurou-se perceber de forma detalhada as formas de integração comunitária e como esta pode melhorar e dinamizar processos de expansão urbana adequada e melhorar gestão de áreas de preservação de espécies naturais a nível local.

### **3.2. Integração comunitária**

Falar da integração comunitária é mesmo que falar da participação e ou envolvimento comunitário.

Segundo Ramos (sem ano, p.329) o termo, integração conota a ideia de um processo que leva a junção das partes anteriormente separadas, de forma tal que elas dão origem a um todo, uma comunidade que agrega interesses, sentimentos, abordagens de diferentes focos dessa evolução.

A integração comunitária pode-se considerar que sempre foi prevista, conforme Rosa (2014, p.44) a carta de Atenas proveu como parte integrante do processo de planeamento em que promover a participação efectiva: propiciar espaços de participação pública para a gestão urbana, conectados numa rede de acção social local desde o quarterão, bairro e o distrito.

Considerando que a integração comunitária é a participação da comunidade na tomada de decisão submete a ter que referenciar a participação comunitária.

Conforme LNE (41/2013-0806/11/17779, p.1) a participação comunitária entende-se por envolvimento das comunidades nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito ou que afectam o seu desenvolvimento futuro, este processo promove o empoderamento (empowerment) dos indivíduos envolvidos, bem como o aumento dos níveis de cooperação e de controlo por parte dos membros da comunidade sem os hierarquizar.

Dias (2010 como citado em Teixeira 2018, p.29) torna imperativo que as pessoas participem na sua comunidade ao nível do planeamento de programas ou nas actividades que as afectam, uma vez que essa participação (de foro comunitário) transmite às pessoas o sentimento de controlo e assim através desta medida, as suas necessidades e interesses são identificados e tidos em consideração.

Dionack (2002, p.46) a participação é uma forma que a sociedade e o poder público têm de partilhar as obrigações e os direitos.

Furtado & Furtado (2000 como citado em Dionack 2002, p.52) as comunidades devem participar explorando as características e potencialidades próprias, na busca de especialização de actividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza económica, social, política e tecnológica, aumentando a renda e as formas de riqueza, respeitando a preservação dos recursos naturais renováveis, seus objectivos devem procurar o envolvimento das relações entre a dimensão ambiental, socioeconómica, cultural, tecnológica e político-institucional.

Ornelas e Dias (2002 e 2010 como citado em Teixeira 2018, p.31) a participação comunitária não é simplesmente a oferta voluntária de tempo ou recursos, mas resulta da participação dos cidadãos nos processos de decisão a favor da comunidade implicando um envolvimento efectivo nos processos de decisão nos grupos, organizações e comunidades. Realça ainda que os objectivos da participação comunitária passam por melhorar e promover programas de modo a aumentar as suas responsabilidades sobre as necessidades e os interesses das pessoas e para ganharem a aceitação da comunidade.

O artigo 28 do regulamento das autarquias no número 1 diz que no desempenho das funções, os órgãos das autarquias locais poderão auscultar as opiniões e sugestões das autoridades tradicionais reconhecidas pelas comunidades como tal, de modo a coordenar com elas a realização de actividades que visam a satisfação das necessidades específicas das referidas comunidades.

Drumond (2002, p.11) considera-se a participação comunitária como uma condição na qual os conhecimentos e as habilidades das comunidades locais são levantados, discutidos e aproveitados para se traçarem planos e se desenvolverem estratégias conjuntas.

Para Martins (2002 como citado em Lopes, sem ano, p.5) quando um indivíduo em sua comunidade não tem suas necessidades satisfeitas, restam-lhe opções como: reunir os amigos e vizinhos e discutir o problema para buscar em conjunto uma solução ou esperar que o governo satisfaça as suas necessidades.

Conforme Lopes (2012, p.21), os processos participativos não são aqueles em que apenas se asseguram a oportunidade da participação, mas sim que a promovam em todos os sentidos, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa.

Pode se considerar integração comunitária a participação integrada da população em vários processos de tomada de decisão. Onde o processo deve ser de forma democrática e interactivo, como forma de todos os participantes do grupo comunitário poderem se sentir envolvidos na tomada de decisão.

É a interacção entre a comunidade e o governo onde tem-se em conta aos anseios da comunidade, tornando a em destaque, em qualquer que seja assunto a ser abordado tendo em consideração as opiniões e as decisões da comunidade.

Querendo concordar com a abordagem do Dionack (2002, p.46), ao referir que a participação é uma forma que a sociedade e o poder público tem de partilhar as obrigações e os direitos. A integração comunitária faz com que a comunidade sinta-se também contemplada em todos processos que exigem diversas opiniões de forma que se permita a posterior arranjar-se soluções ou tomada de decisões.

Uma certa comunidade a partir do momento que se sente integrada num determinado assunto passa automaticamente a ser e ou ter também uma responsabilidade sobre o mesmo assunto, conforme Teixeira (2018, p.31) quando diz que os objectivos da participação comunitária passam por melhorar e promover programas de modo a aumentar as suas responsabilidades sobre as necessidades.

Segundo Do Nascimento (2019, p.21) a participação comunitária apresenta-se como um eixo estruturador da acção cívica colectiva. Para ele o conceito visa agora a reflexão sobre as repercussões espaciais, partindo da análise das discrepâncias urbanas e regionais procurando reparar fendas da vida urbana, e assumindo o papel de catalisadores de mudança social.

Para Chivambo (2020, p.25) a participação comunitária é uma forma de envolvimento das pessoas com uma necessidade e objectivos semelhantes em decisões que afectam as suas vidas. Para este autor a participação comunitária engloba várias formas de envolvimento da comunidade na governação, onde a boa governança é alcançada quando os governos locais são sensíveis às necessidades e expectativas das comunidades e quando as comunidades estão envolvidas a participar nas actividades do governo local.

### 3.2.1. Formas de participação comunitária

Conforme LNE (41/2013-0806/11/17779, p.8) o envolvimento comunitário da comunidade nos métodos de participação comunitária pode ser organizado em 4 níveis:

**1-Informação pública-** considera-se o nível mais baixo de envolvimento da comunidade, onde a mesma é informada sobre um determinado assunto, mas sem possibilidade de escolher ou emitir parecer sobre o mesmo assunto.

**2-Consulta pública-** como nível intermédio de envolvimento, em que a comunidade é informada sobre determinado assunto, é convocada para debater podendo opinar sobre o mesmo. Neste caso a escolha do assunto em debate e o seu desenvolvimento futuro continuam a não integrar a comunidade.

**3-Parceria-** é um nível elevado de envolvimento comunitário e é o mais efectivo nos processos participativos, em que a comunidade participa em todas as fases de tomada de decisão e tem influenciam em todas etapas. Desde a sua abordagem, implementação e monitoria.

**4-Auto-ajuda-** consiste no nível mais elevado de envolvimento da comunidade, onde executa todas as etapas sozinha, planificando, implementando e monitorizando o processo de forma automática.

Ainda conforme LNE (41/2013-0806/11/17779, p.46) destacam se dois níveis de participação sendo:

A **participação genuína** é a forma de actuação que aproveita as potencialidades dos processos participativos, sendo por cooperação (parceria) e controlo (empoderamento).

A **pseudoparticipação** é a designação atribuída aos processos que são apresentados publicamente como promovendo a participação comunitária, que por falta de conhecimento ou para assegurar um controlo centralizado não a implementam verdadeiramente. Este compreende a demonstração (manipulação, a opinião pública) e assistencialismo (consulta sem qualquer acção da comunidade envolvida).

Segundo Rowe e Frawer (2004) e Fraser et. al (2006) citado em Simione (2018, p.17) há casos em que o público pode participar constituindo-se num receptor passivo de informações dos órgãos do governo em questão. Noutros, casos o público pode ser procurado para contribuir, ou ser solicitado a dar opiniões públicas sobre certos assuntos seleccionados para o efeito. E em outros casos ainda pode haver participação activa de representantes da população no próprio processo de tomada de decisões.

Conforme estes autores a participação pode implicar uma forma de envolvimento caracterizado, por um lado como sendo do tipo *botton-up*, iniciada e ou limitado por cidadãos ou grupos de interesse especial com poder de decisões formal limitado.

O envolvimento do tipo *top-down*, iniciado e ou limitado por aqueles que possuem poder de decisão formal e que desejam capacitar o público ou grupos de interesse com menos poder e influência reduzidas para contribuir ou para tomar decisões.

E o modo de envolvimento contínuo, pode envolver desde a troca de informação ou conhecimento, a partir de abordagens baseadas em fluxos unidireccionais de informação e conhecimento para o público e grupos de interesse (modo de comunicação) e buscando feedback do público e grupos de interesse (modo de consulta) para possibilitar mais troca de conhecimento, que é baseada em processos considerados, por tanto o que asseguram a formulação conjunta de metas e resultados (modos mais deliberativos e co-produtivos).

Com base nas formas de participação apresentadas, percebe-se que tem a ver também com vários motivos e resultados que se pretende nessa mesma participação. Neste caso se a necessidade de participação tiver como objectivo, levantar melhores decisões, poderá se analisar e chegar-se a conclusão que tipo de participação a ser adoptada e se por outro lado pretender se colher diferentes e várias expectativas da comunidade em causa deve-se ter em conta também a participação como direito do cidadão. Importa referir que toda forma de participação coloca o poder público e a comunidade em ligação, podendo aumentar a colaboração entre eles e confiança em debater todos assuntos do seu interesse.

Neste caso pode-se considerar que os caminhos que são percorridos para a participação bem como a forma de participação, determinam o sucesso de envolvimento numa comunidade, em que se mal encaminhados podem tornar fracassado o potencial da participação e consequentemente objectivos e resultados a alcançar serão ineficientes.

### **3.2.2. Integração comunitária nos processos de expansão urbana adequada**

Pode-se considerar envolvimento comunitário a participação da população local em vários processos de tomada de decisão, onde o mesmo processo tem sido de forma democrática e interactivo, como forma de todos participantes do grupo comunitário poderem-se sentir envolvidos nesse processo de tomada de decisão. O envolvimento irá tornar a comunidade em destaque em qualquer assunto que seja abordado, sobre tudo do fórum local, e muitas das vezes é nas reuniões e auscultação comunitária que se tomam decisões considerando também as opiniões da própria comunidade. A integração comunitária pode iniciar no momento de planeamento através de planeamento participativo na elaboração de políticas públicas, planos, programas e projectos, neste contexto de processos de expansão urbana, que exigem a integração das comunidades com maior ênfase as que poderão ser beneficiadas. No caso o planeamento e gestão constituem um dos elementos básicos para sucesso de processos de expansão urbana, daí que, no momento de planeamento a comunidade deve ser envolvida no âmbito da definição dos planos de gestão urbana, bem como na fase da sua implementação.

A integração comunitária na gestão das leis, políticas, regulamentos e programas de expansão urbana, pode ser através de auscultação e ou audiências públicas, a fim de explicar o funcionamento das normas reguladoras atendendo e considerando que no momento da sua elaboração tem havido essa integração comunitária, na fase de sua implementação também deve haver esse envolvimento comunitário.

Para Portela (2005, p.38-57) a gestão democrática possui profunda implicação, pois exige a participação dos cidadãos no processo de planeamento, controle e avaliação de políticas urbanas, e a ausência de uma interacção entre os segmentos da sociedade tende a fazer com que muitas das acções públicas sejam mal planeadas, tornando-se incapazes de alcançar totalmente os objectivos propostos.

As suas consequências para além de recair sobre a comunidade, torna também o poder público com dificuldades de tomar certas decisões, pois uma vez que as políticas públicas beneficiam a comunidade e a sociedade no geral, sem auscultação comunitária o próprio governo fica na incerteza dos possíveis problemas ou dificuldades que os seus beneficiários enfrentam, em algum momento não tendo como avançar com a tomada de decisões e caso aconteça pode não haver colaboração por parte dos beneficiários.

De certa forma a falta de envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana, pode estar acompanhada pela deficiência e ou ausência de planeamento e gestão, sendo nestes processos que se tem previsto a participação e auscultação pública incluindo comunitário, e pode repercutir na forma de uso e ocupação do solo, na ocupação desordenada e na inversão dos usos de acordo com as aptidões físicas, uma vez que a comunidade é que tem explorado maioritariamente as áreas territoriais, com ausência da sua integração nesses processos pode causar grandes impactos e certas vezes irreversíveis.

### **3.2.3. Alguns estudos similares à integração, envolvimento e ou participação comunitária em projectos e ou planos de desenvolvimento urbano**

Um dos projectos que teve acção comunitária foi dos autores Sakurai. T e Costa. B.F. M, na sua obra em 2021, com o título a participação comunitária em projectos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo, que com base num estudo comparativo de hortas urbanas, concretamente da horta da Sebastiana, agrofavela-fazenda e horta popular criando esperança. Conforme Sakurai e Costa (2021) nos seus pronunciamentos da entender que projectos quando pensados de maneira participativa em conjunto com a população local, podem trazer resultados positivos, e não impostos por empresas ou pelo sector público sem diálogo e envolvimento comunitário, ou seja apontam o projecto participativo como sendo fundamental para o seu êxito e manutenção.

Com base no estudo realizado por Sakurai e Costa (2021) percebe-se que as soluções ligadas ao envolvimento, engajamento e gestão de moradores tem sido positiva. No caso tratou-se de um projecto cuja idealização da horta e outros equipamentos partiu directamente de uma demanda e estratégia de uma comunidade. É verdade que houve participação de ONGs e outros voluntários. Conforme os autores, a relação com os actores foi construída como uma rede de apoio e difusão e não dependência Para Sakurai e Costa (2021, p.189) a

mediação de empresas ou organizações presentes no território, quando não tecida de forma emancipatória e participativa pode acabar por trazer instabilidade e dependência de comunidades. Daí ser interessante a participação de empresas, fundações e organizações não-governamentais ocorrer em um diálogo horizontal, sem a imposição vertical de técnicas, metodologias e soluções, incentivando a autonomia dos envolvidos e proporcionando a apropriação e replicabilidade. Os autores vêm ainda a importância de reconhecimento das comunidades e grupos sociais na democratização de soluções, como forma de semear projectos inclusivos.

Outro estudo não menos importante que pode permitir uma melhor percepção da integração comunitária, foi a pesquisa sobre a governança participativa em Moçambique: dinâmicas do envolvimento dos cidadãos na gestão municipal na cidade de Xai-xai, pelos autores Ivan e Albino em 2017. De acordo com os autores no contexto moçambicano a governança participativa, parte das directrizes do governo em promover e articular entre estado e as entidades da sociedade civil, através de criação e implementação de mecanismos de consulta e participação popular, voltadas a influenciar na elaboração da agenda e acções dos diferentes entes governamentais. Conforme o estudo as participações no seio municipal são baseadas em três formas de envolvimento da população, que são conselhos locais, estes tem influenciado no processo de tomada de decisão sobre investimentos públicos e financiamento dos projectos de desenvolvimento municipal. Governança aberta que tem estabelecido mecanismos de interacção social, através de encontros periódicos, reuniões populares de auscultação pública dos cidadãos dirigidos pela autarquia (prefeito) em diferentes bairros e por fim com base na articulação gestores municipais e comunidade onde faz se reuniões públicas para resolução de problemas nos bairros, bem como para implementação dos programas e planos de acção do executivo municipal.

Neste caso para os autores a diversidade de práticas participativas podem contribuir para melhorar a sua articulação com a sociedade, e consideram que participação democrática deve ser ampliada por meio de múltiplas instâncias como forma de assegurar o exercício da cidadania e influência sobre as políticas públicas locais. No caso a governança participativa em estudo, considera ser desafiador uma vez que necessita ainda de construção de uma sociedade civil organizada e capaz de se articular em torno das questões políticas de interesse local, de forma a estabelecer-se como actor que influencie, conteste e interfere de forma positiva no processo decisório. Conforme os autores a capacitação dos membros integrantes pode reduzir as assimetrias informacionais e assegurar uma integração de qualidade entre os actores que neles interagem.

No fim pode se considerar o último estudo similar a integração comunitária a pesquisa realizada em Lisboa na Horta Nova pela Elvas (2009), onde baseou-se no sentimento das comunidades e seus contribuintes no bairro, embora realizado há 14 anos. A autora enumera como um dos fenómenos resultantes do envolvimento cívico e da participação comunitária, a identificação e resolução dos problemas comunitários, para a emergência do sentimento de pertença e para o desenvolvimento de um maior nível de coesão e bem-estar.

Neste caso o envolvimento comunitário e participação comunitária dos cidadãos de uma localidade específica nos processos de decisão a favor da comunidade, contribuem para aumento de pertença e identidade de comunidade. No caso do bairro em estudo na pesquisa conforme a autora, é um bairro de realojamento social, onde o sentimento da comunidade está relacionado com a satisfação face ao bairro, com boas e positivas relações de vizinhança, com a participação e envolvimento comunitário e com a percepção de eficácia do bairro.

Segundo Amaro (2007) conforme citado em Elvas (2009, P.38) o sentimento de comunidade ajuda as organizações e instituições a identificar as necessidades e a estabelecer prioridades das comunidades, avaliação da saúde global das comunidades, valorizar os bairros individualmente e a cidade como um todo. Para Elvas (2009, p.38) há uma maior organização e mobilização das comunidades em torno dos seus próprios problemas e necessidades, com base nas suas próprias potencialidades e recursos e o envolvimento e participação comunitária dos cidadãos de uma localidade específica, nos processos de decisão a favor da comunidade, contribuem significativamente para o aumento do sentimento de pertença e identidade de comunidade. Daí que, o envolvimento cívico e o sentimento de comunidade que se cruzam com os mecanismos da participação, *empowerment* e liderança comunitária, a nível local, funcionam como mecanismos conducentes a um maior índice de satisfação e qualidade de vida dos indivíduos.

Uma das conclusões da autora foi de que os fenómenos resultantes do envolvimento e da participação comunitária no bairro permitiram entendimento da noção de comunidade e resulta num excelente mecanismo para a resolução dos problemas comunitários, para a emergência do sentimento de pertença e para o desenvolvimento de um maior nível de qualidade e satisfação de vida proporcionada pelo envolvimento dos membros de comunidade no decurso dos processos de mudança social.

Após várias ilustrações dos autores, percebe-se que a comunidade tem sempre alguma influência em tudo quanto for envolvida, e sempre tem influenciado de forma positiva. Igualmente neste estudo a comunidade teve um impacto bastante reconhecido, o facto de ter sido integrado em diversos assuntos de tomada de decisão influenciou também de forma positiva nas decisões tomadas.

### **3.3. Planeamento urbano**

De acordo com Guma (2016, p.27) planear requer uma visão mais abrangente e multidisciplinar a fim de avaliar, quais as acções de gestão são necessárias para o desenvolvimento do lugar.

Segundo Amado (2002, p. 45-46) planeamento urbano não é apenas uma componente meramente técnica, mas também uma componente social e política no sentido de promover a realização das aspirações das comunidades locais nas suas visões presentes e futuras. Garante uma maior satisfação das necessidades da população e a monitorização pela participação alargada da população.

Para Portela (2005, p.58) o planeamento urbano é um instrumento de governabilidade, de governança e da própria gestão do território. Este autor diz que a participação popular no planeamento e na gestão deve ser vista como algo crucialmente relevante.

ONU-Habitat (2015 conforme citado em Masquete 2017, p.34) define o planeamento urbano e territorial como um processo de tomada de decisões, cujo objectivo é atingir metas económicas, sociais, culturais e ambientais, por meio de desenvolvimento de visões espaciais, estratégias e planos, bem como a aplicação de um conjunto de princípios políticos, ferramentas, mecanismos institucionais de participação e procedimentos regulatórios.

Segundo Masquete (2017, p.35) planeamento urbano é um processo contínuo e que deve ser permanentemente complementado com a efectivação prática das directrizes estabelecidas no plano.

Olhando para as ilustrações dos autores o planeamento urbano é o processo que culmina com as acções administrativas com objectivos e metas de execução bem definidas para garantir o alcance de forma organizada do fim a que se pretende. De facto concordando com o Portela pode-se considerar um instrumento político e público, na medida em que no âmbito da sua definição é abrangente como forma de incluir todas ideias que poderão influenciar positivamente na tomada de decisões, razão pela qual, deve ser inclusivo e abrangente.

Adicionalmente o conceito da ONU-Habitat conforme citado em Masquete (2017, p.35), o planeamento urbano é basicamente um processo de tomada de decisões com objectivos traçados em quase todos aspectos, uma vez que deve funcionar como um sistema em que todos são dependentes, referindo concretamente aspectos sociais, ambientais culturais e económicas, onde o Homem encontra-se inserido em todos. De realçar que este processo de planeamento urbano, tem sido dinâmico e contínuo e que várias vezes necessita de uma actualização para se adequar a diversas mudanças que o meio e a sua envolvente são sujeitas.

Conforme Masquete (2017) o planeamento e gestão urbana devem ser guiados através de actos participativos e democráticos, como meios para influenciar a integração de conteúdos dos diversos segmentos da população, e devem prever estratégias que atendem as necessidades da população com base na realidade local. Nos processos para expansão urbana adequada pode se incluir conforme Masquete (2017, p.53) mecanismos de controlo da

expansão física dos aglomerados urbanos onde devem ser previamente definidos para uma gestão racional da terra. Para este autor constitui um dos factores associados ao padrão indesejável da expansão urbana, a ausência de mecanismos adequados de planeamento e gestão de terra. Daí haver necessidade de envolvimento e ou integração da comunidade nos processos para uma expansão urbana adequada.

### **3.4. Expansão urbana**

Expansão urbana pode se considerar a reestruturação territorial de novas áreas de uso diversificado com o intuito de aumentar a área urbana e consequentemente responder a demanda de ocupação espacial.

Pode-se considerar uma dinâmica que os territórios urbanos sofrem de reestruturarão dos seus espaços, resultando nas diversas áreas de uso que interagem entre si, no caso os espaços estruturados têm funcionado como um sistema dada a relação de interdependência entre eles. Com a necessidade de uso das diferentes aptidões ao passar de tempo nota-se uma concentração e lotação, criando-se uma sobrecarga no seio das cidades, surgindo a necessidade de ocupação de novas áreas de uso, é nessa perspectiva que as cidades crescem.

Segundo Lins e Japiassu (2014, sem pagina) expansão urbana é o processo pelo qual as cidades passam constantemente desde o momento de sua existência, podendo ser em maior ou menor intensidade.

Para estes autores, expansão urbana implica crescimento demográfico ou crescimento físico do território. Concordando com este pronunciamento dependendo dos casos as cidades podem crescer inicialmente no aspecto físico com novas ocupações, podendo culminar com o aumento demográfico que novamente irá exigir mais um aumento espacial.

De acordo com Rocha (2019, p.7) expansão urbana define-se como um crescimento urbano desordenado, descontrolado e onde está ausente o planeamento urbano, desenvolvendo-se em mancha de óleo a partir dos centros urbanos das áreas metropolitanas ou cidade nuclear.

E para Muacuveia (2019, p.51) pode se considerar expansão urbana o aumento dos limites e a formação de novos centros urbanizados que anteriormente constituíam áreas rurais, visto que, à medida que as cidades crescem ou se desenvolvem para atender a demanda de habitação e outras infra-estruturas também contribuem para a urbanização.

Já Brucker e Fasler (1983 como citado em Santos 2012) expansão urbana é o resultado do processo coordenado de mercado que aloca a terra para agrícola ou urbano a depender dos custos e ganhos associados a cada tipo de uso do espaço.

Conforme citado em Santos (2012, p.18) a procura de espaços para ocupação em diversas áreas de uso de solo tem impulsionado a definição de novas áreas de uso, sendo essas áreas, as áreas de expansão. Realça ainda que, embora por um lado os serviços básicos principalmente as vias de acesso, a rede de água e eléctrica serem por si só factores impulsionadores de ocupação de novas áreas, situação esta que pode vir a aumentar com a existência de equipamentos sociais básicos o que torna essas áreas bastante concorridas.

Dgotdu (2008 citado por Gonçalves 2009, p.27) expansão urbana entende-se por qualquer intervenção sobre o território que tenha por objecto, ou por efeito a urbanização e a edificação de solo que anteriormente não era classificado como urbano.

Conforme Gonçalves (2009, p.28) a expansão urbana surge como somatório de todas as forças indutoras da cidade consolidada.

Para Nascimento e Matias (2011, p.68) diante do aumento da necessidade de locais para o desenvolvimento das actividades produtoras e para a constituição de áreas habitacionais, a expansão da área urbanizada se dá em direcção a terras até então utilizadas para fins agro-pecuárias, sendo estas anexadas ao perímetro dito urbano, em que o crescimento da demanda por terras incentiva a expansão urbana.

Geralmente a expansão urbana surge devido a superlotação dos centros das cidades, havendo a necessidade de se ocupar novas áreas, cujas mesmas são consideradas de áreas de expansão urbana, em vários casos não acompanhados de planificação e gestão, este cenário acaba caracterizando essas áreas, como áreas desordenadas, sem infra-estruturas e sistema de saneamento.

A questão da expansão urbana é prevista na lei de ordenamento do território, neste caso a sua intervenção pode ser feita através da elaboração dos planos parciais e planos de pormenor tratando-se a nível de uma autarquia.

No artigo 1 do Ordenamento territorial expansão urbana é um conjunto de princípios, directivas e regras que visam garantir a organização do espaço nacional através de um processo dinâmico, contínuo, flexível e participativo na busca do equilíbrio entre o Homem, o meio físico e os recursos naturais, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável.

O ordenamento territorial pode ser entendido como um acto de gestão espacial de definição dos diferentes usos do solo de acordo com as aptidões físicas, define áreas destinadas a diferentes actividades e a organização espacial. Neste contexto pode se considerar que a expansão urbana trata da reestruturação das novas áreas e ou novos territórios a fim de se dar continuidade com o crescimento urbano, já que a mesma expansão será acompanhada pela definição e expansão dos serviços diversificados que possam garantir o funcionamento normal do ambiente urbano.

### **3.4.1. Formas e processos de expansão urbana**

Santoro (2012, P. 147-152) defende que os processos de expansão urbana continuam intensos com frequentes processos de espraiamento sinalizando um processo de expansão física continua das áreas urbanas que se dá sobre o que se chama de áreas de transição rural-urbanas ou mesmo áreas rurais.

Pode-se considerar que o facto de a expansão urbana resultar do processo de urbanização, relaciona-se o processo de expansão urbana à fenómenos de verticalização e das ocupações horizontais, ou seja a implementação de infra-estruturas no seu todo, no caso de conjuntos habitacionais podendo ser este processo de materialização e ou execução de processo de expansão urbana. Nesta ordem de ideia o processo de expansão urbana surge

numa primeira vertente para promover o crescimento urbano horizontal, através da definição dos novos lotes para ocupação, que para Santoro (2012, p.151) é uma morfologia com custos altos para o poder público, onde a aplicação de regularização não tem sido efectivamente controlada ou não há punições aos que não obedecem.

Segundo Guevane (2020, p.7) o conceito de expansão urbana como processo é atinente as dinâmicas da cidade que resultam ou justificam o seu crescimento, e pode ser crescimento territorial intensivo ou extensivo. É um processo de ocupação do solo por meio da densificação e ou ampliação sucessiva da sua área urbana ao longo do tempo.

Além de Santoro que relaciona o processo de expansão urbana com a verticalização e ocupações horizontais, alguns autores como Alves et.al (2010, p.142) vê no processo de expansão urbana a periferização e periurbanização, Guevane (2020, p.7) que olha para a dimensão edificatória, a dimensão demográfica e as duas dimensões, entre várias designações que podem ser consideradas desde que considerem a dispersão espacial.

Para melhor entendimento, o processo de expansão urbana como transformação territorial ou espacial tem a ver com as intervenções urbanas como, periferização, periurbanização, suburbanização e outras designações de expansão urbana. Enquanto o processo de expansão urbana como instrumento esta, ligado ao processo de elaboração dos planos, projectos e programas que resultam em uma expansão urbana adequada, onde a transformação de espaços será feita com acompanhamento das normas e regras traçadas e a serem seguidas de forma a evitar as ocupações desordenadas e inadequadas.

Para Guevane (2020, p.7-8) vários tipos e formas de expansão urbana podem ocorrer, a dimensão edificatória, no caso da intensa verticalização, a dimensão demográfica como aumento populacional e mista da interacção das duas. Conforme este autor a ampliação da área urbana pode resultar de um plano de ordenamento territorial ou ocorrer a margem deste sendo a urbanização informal.

É nesta vertente de processo de expansão urbana que poderão se definir vários planos como instrumento que permita uma expansão urbana adequada, para evitar-se a urbanização informal referida pelo Guevane (2020, p.6-8), os mesmos irão resultar em planos de ordenamento territorial dependendo do âmbito poderão seguir os planos subsequentes, neste caso da pesquisa que é a nível autárquico serão planos gerais de urbanização, planos parciais e de pormenor.

No caso, a definição de áreas de expansão urbana quando acompanhado pelo processo de planeamento e gestão, pode se considerar uma boa iniciativa por parte das autarquias, sobre tudo quando acompanhado pelo projecto de execução financeiro, onde provavelmente será acompanhado pelo processo de fiscalização e monitoria, como forma de fazer se acompanhamento das irregularidades. Conforme Santoro (2012, p.152) possibilitar o parcelamento do solo em áreas de transição rural-urbano não é um aspecto negativo, se houve um diagnóstico quantitativo e qualitativo. Para este autor um dos instrumentos de controlo de expansão urbana a nível da cidade é o plano director.

Olhando para a realidade de Moçambique tem se como instrumentos, podendo se considerar primeiro o plano de ordenamento territorial, conforme o artigo 1 da lei de ordenamento do território, com o objectivo essencial de produção de espaços ou parcelas territoriais socialmente uteis, estabelecendo com base nos princípios e nas directivas do ordenamento do território. No seu Artigo 8 prevê os níveis de intervenção, sendo a nível nacional, provincial, distrital e autárquico, importando a esta pesquisa o nível autárquico, uma vez tratar se de um sistema ligado com interdependência, as normas irão depender também de como foram definidos a nível superior, concretamente a nível distrital.

Conforme sustenta a lei no artigo 8, n°3, os diferentes níveis de gestão territorial interagem no quadro de coordenação das suas actividades, devendo os níveis inferior compatibilizar as respectivas acções com os níveis superiores. Deste modo o nível autárquico estabelece programas, planos e projectos de desenvolvimento e o regime de uso do solo de acordo com as leis vigentes ( Artigo 9 n° 4 da lei n° 19/2007). Conforme o artigo 10 no n° 5, constitui instrumento de ordenamento territorial ao nível autárquico, os planos gerais, parciais de urbanização e os planos de pormenor.

### **3.5. Integração comunitária na preservação de espécies naturais**

#### **3.5.1. Preservação de espécies naturais**

De acordo com Dos Santos (2010, p.9) considera-se preservação o acto de proteger independentemente do interesse humano. Já conservação refere-se à protecção para uso humano ou outro motivo qualquer. Para ele a preservação tem como intuito maior a integridade e a perenidade do património natural, ou seja a sua intocabilidade.

A reestruturação dos territórios com base no processo de expansão urbana tem alterado ambiente e habitat de seres vivos no geral, e de forma específica das plantas. Essa situação regista-se nos ultimos anos de forma agravante devido a necessidade de ocupação de novas áreas por expansão das cidades acompanhado pelas actividades socioeconomicas que tem sido o factor para o seu desenvolvimento, igualmente de forma agravante tem-se alterado significativamente a biodiversidade acompanhado com extinção de algumas espécies nativas.

Conforme Schimizu (2007, p.10) a forma mais frequente de degradação de ecossistemas naturais pelo ser humano tem sido a destruição das florestas para extracção de madeiras, e abertura de espaços para as suas actividades agricolas, expansão da sicultura intesiva, pecuária, produção de materia prima para agro-energia, expansão de áreas industriais, e de desenvolvimento urbano.

Daí ser muito pertinente que se preserve espécies endémicas pois em caso de ameaça a extinção, a migração forçada mediante transporte de sementes e mudas para o plantio em locais distantes de suas origens poderá trazer consequências. Conforme Schimizu: os individuos transplantados poderão não sobreviver aos padrões climáticos e edáficos do novo local.

Segundo Chiúre (2019, p.36) só no século XIX, tomou-se a consciência das consequências nefastas, onde surgiu a preocupação em adoptar estratégias como tomada de medidas a criação de áreas específicas para a conservação e protecção do meio ambeinte.

A preservação de espécies naturais deve ser parte dos planos e programas do governo sempre que ocorre um processo de expansão urbana, para que o processo seja considerado sustentável e adequado e esse processo de preservação de áreas de espécies nativas e ou endémicas de forma alguma deve ser confundido com as áreas restritas para o equilíbrio ecológico no âmbito de definição de planos para expansão, como arborização, jardins, praças verdes, e áreas de promoção de paisagens, é verdade que ao se preservar áreas de espécies endémicas estar-se á a contribuir automaticamente para o equilíbrio ecológico mesmo não sendo este o objectivo principal.

A necessidade de preservação de espécies endémicas surge no intuito de manter uma vegetação típica de certas áreas que em caso de destruição podem extinguir, algumas espécies que dependem do clima local e que são adaptadas a esse mesmo local, para além de serem espécies geralmente com um crescimento lento, razão pela qual haver necessidade da sua preservação.

### **3.5.2. Integração comunitária na preservação de espécies naturais**

A integração da comunidade na preservação de espécies naturais, está meiramente ligada à inclusão da mesma no controle, protecção e preservação destes locais. Razão pela qual ser pertinente que se integre a comunidade na conservação e preservação de espécies nativas, como forma de envolver a comunidade na gestão das áreas protegidas. A comunidade integrada responsabiliza-se pela preservação das espécies endémicas, que representa também a sua identidade e fica orgulhosa.

Ribeiro e Filipo (2013, p.180) sustentam que é importante a criação de espaços de participação para a participação e gestão de áreas protegidas, onde o diálogo e a liberdade de expressão são o destaque.

É no âmbito de envolvimento comunitario que Oliveira (2004) conforme citado por Candido e Araujo (2014, p.10) que prevê a dimensão cultural, em que deve se preservar e respeitar a diversidade cultural, respeitando os valores, a identidade local e na dimensão social que poder-se ão evitar as desigualdades e a exclusão social, onde os dois no seu conjunto poderão promover no futuro uma cidade justa e com equidade.

Ramos e Costa (2009) conforme citado por Augusto et al (2020, sem pagina) a criação de unidades de conservação bem como a criação de corredores ecológicos, por si só, não garantem a conservação de espaços de interesse. É necessário também acompanhamento de planos de manejo sustentáveis, planos de turismo e de educação ambiental que busquem melhorar a infra-estrutura e sensibilizar as pessoas para protecção das espécies.

Para que a integração comunitária no processo de preservação de espécies nativas tenha maior sucesso, deve ser acompanhado pela educação ambiental, onde a comunidade pode ser mobilizada com base na participação em reuniões comunitarias com a sensibilização e consciencialização das boas práticas ambientais.

Conforme Ribeiro e Filipo (2013, p.180) educação ambiental é uma ferramenta que além de injectar informação, promove sensibilização. Que Loureiro (2012) conforme citado por Ribeiro e Filipo (2013, p.180), juntas, informação e sensibilização promovem o

pensamento crítico e ao mesmo tempo colectivo para reflexão do papel individual do cidadão na conservação ambiental e qualidade de vida humana.

O envolvimento comunitário na preservação de espécies nativas pode permitir um melhor entendimento da necessidade de se proteger e preservar este grupo de espécies, na medida que permite a própria comunidade compreender o impacto de se manter essas áreas que para além de constituir a sua identidade permitem o equilíbrio ambiental.

As áreas de preservação de espécies naturais sofrendo de pouca intervenção humana representam a sua originalidade e com a diversidade de espécies que nelas compõem, identificam a própria comunidade fazendo prevalecer o seu lado natural. Este facto lhes torna com agregados de valores mantendo a integridade da comunidade.

Há necessidade da participação comunitária no maneo de áreas preservadas e tem como base a manutenção da biodiversidade e promoção de preservação para a manutenção das espécies nativas e deve ser integralmente promovido também pela própria comunidade local para além do governo, ONGs e parceiros interessados.

A participação comunitária pode ser promovida pelos planos e programas participativos e de maneios onde pode se criar comités de gestão ambiental para gerir, proteger e fiscalizar as áreas de preservação, estando desta forma a promover o equilíbrio ambiental.

Com a integração comunitária profunda e real, a comunidade local pode passar a fazer parte do grupo de actores activos, com a responsabilidade e compromissos também na tomada de decisão de aspectos ambientais e na própria gestão dos recursos naturais no seu todo, como uma forma de garantir um desenvolvimento local sustentável.

E para que a comunidade passe a ser activa necessita de ser envolvida nos assuntos de gestão ambiental, deve ser capacitada em materias de maneo através de planos e programas que irão definir normas e regras de gestão das áreas preservadas. Conforme Matos (2011, p.74) a protecção ambiental efectiva só é possível se as comunidades locais estiverem inteiramente envolvidas no planeamento das áreas protegidas.

## Capítulo IV

### 4. Metodologia

Metodologicamente a pesquisa baseou-se no método qualitativo que permitiu a descrição do fenómeno em causa, de forma dedutiva e indutiva. Este método permitiu o vínculo entre a parte conceitual levantada e a informação que foi recolhida através de entrevistas, podendo aprovar ou refutar as hipóteses propostas e responder aos objectivos preconizados pela pesquisa.

#### 4.1. Quanto a abordagem

- **Qualitativa:** que permitiu a descrição dos dados do objecto de estudo e a sua envolvente, tendo permitindo melhor compreensão do fenómeno.

#### 4.2. Quanto aos objectivos

- **Descritivo:** que permitiu a melhor interpretação do fenómeno que se pretendeu investigar.
- **Exploratório:** melhor proporcionou visão geral e de forma mais clara e precisa.
- **Analítico:** onde com base na observação do fenómeno que se pretendeu investigar, foi possível idealizar e fazer se a descrição das suas causas e efeitos tendo permitido a melhor percepção do mesmo.

#### 4.3. Quanto aos procedimentos técnicos

Segundo Lakatos (2003, p.227) abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monografias teses, dissertações, material cartográfico, etc.

Neste caso, esta pesquisa não fugiu do contexto de Lakatos, para além de uso de alguns sites na internet e consulta a algumas políticas públicas, recorreu-se também a recolha de dados ou informação em vários e diferentes instituições desde as governamentais e privados o que depois permitiu a sua compilação de forma a formar um único subsídio.

Tratando se de uma pesquisa qualitativa aplicou-se além de levantamento bibliográfico e documental, os seguintes instrumentos para a recolha de informação:

**Observação e participante:** este instrumento permitiu interacção entre o pesquisador e o objecto ou fenómeno pesquisado. Esta técnica facultou ao observador vivenciar o fenómeno em análise para uma melhor compreensão do mesmo, tendo permitido a ele fazer as suas próprias interpretações em relação ao fenómeno posteriormente.

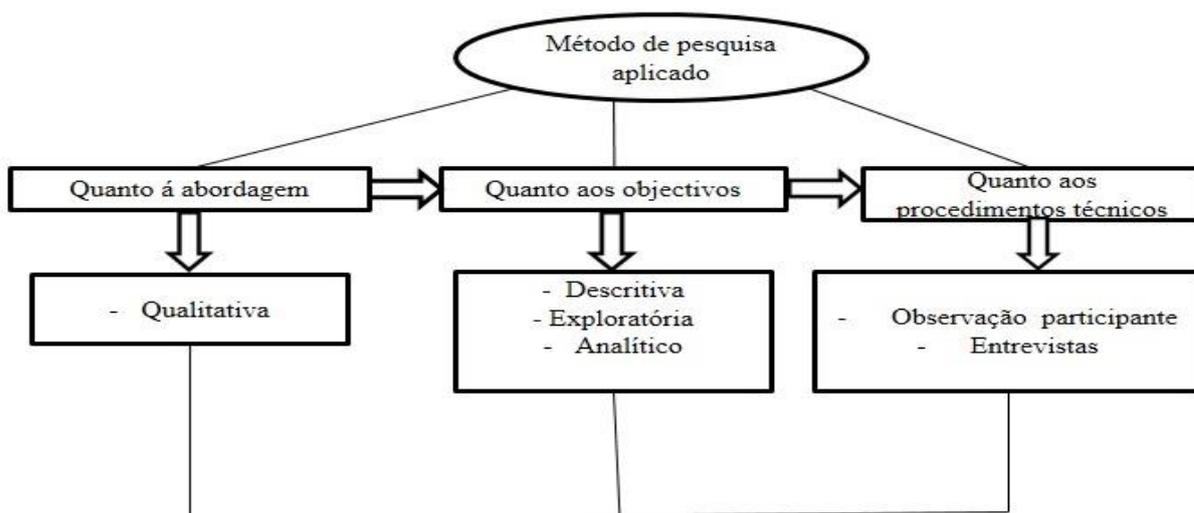
**Entrevistas:** para além de ser uma das melhores técnicas de pesquisa qualitativa, a sua natureza interactiva permitiu um melhor aprofundamento do fenómeno em estudo. Atendendo e considerando que o estudo foi feito a nível da comunidade, onde é susceptível haver maior parte com dificuldades na escrita e leitura, neste caso a entrevista de forma abrangente criou facilidade na compreensão das questões em causa.

A entrevista semi-estruturada, que permitiu ao pesquisador apresentar as questões ao entrevistado, que em jeito de diálogo foi possível obter respostas abertas e várias opiniões, sendo uma das técnicas mais flexíveis na busca de respostas de um determinado objecto de estudo, na medida que permitiu elaboração de roteiro e sem necessariamente rigidez como acontece na entrevista estruturada. Quanto à perspectiva das perguntas, estas foram do tipo, semi-abertas, como forma de permitir interacção e dentro do controlo do contexto a se abordar.

E para a captação da informação em entrevista em alguns casos usou-se o gravador bem como anotações em simultâneo no caso daqueles pesquisados que eventualmente poderiam não se sentir a vontade ao se gravar a conversa. As duas formas permitiram que posteriormente se fizesse um acompanhamento e censura da informação garantindo assim a segurança e confiança dos dados colhidos.

Conforme o esquema 1 que mostra os diversos procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa.

**Esquema 1: Procedimentos metodológicos**



Fonte: Autora

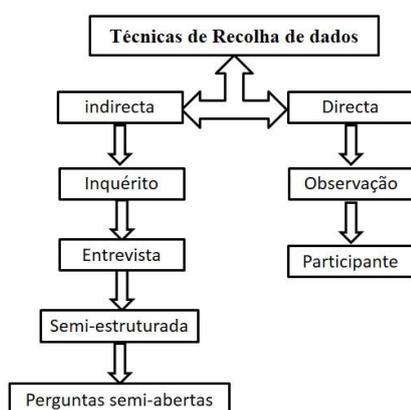
#### 4.4. Técnicas de análise dos dados

Numa pesquisa é sempre importante definir técnicas de análise dos dados que melhor se enquadram na investigação em decurso. Essas técnicas de análise dos dados deverão estar de acordo com o método definido para avançar com a pesquisa. De forma minuciosa deve se ter atenção a técnica provável de se aplicar para análise dos dados, pois, o sucesso da escolha do método poderá se revelar também no fim da pesquisa, através dos resultados alcançados.

Nesta pesquisa aplicou-se a técnica de análise dos dados conforme uma pesquisa com método qualitativo, a técnica também foi de acordo com método escolhido na pesquisa. No caso baseou-se na **análise temática** que permitiu a pesquisadora levantar vários dados no caso das transcrições de entrevistas. Conforme Braun e Clarke (2006, p.6-7) a análise temática é uma técnica ou forma de análise dos dados, onde o tratamento temático da informação a noção de categoria tem importância capital, seja a categorização de grandes assuntos organizados de discursos que expressam assuntos tratados pela indexação. O que permitiu a interpretação do fenómeno estudado com base na compreensão da lógica e da razão. Braun e Clarke (2006, p.10-11) consideram uma ferramenta bastante flexível e útil que pode favorecer uma rica e detalhada análise de dados, é um processo de códigos e codificação além de temas. O processo de organização dos dados de forma categorizada e ou sob categorizada permitiu a sua interpretação, que de forma eficiente facilitou a compreensão do fenómeno investigado.

Conforme o esquema número 2 que faz a ilustração das técnicas de recolha dos dados que foram aplicadas na pesquisa.

Esquema 2: Técnicas de recolha dos dados



Fonte: Autora

#### **4.5. Limitações da pesquisa**

Tendo em consideração ao levantamento teórico feito, percebe-se que abordaram-se vários contextos ligados ao envolvimento e participação comunitária e social, mas em relação as abordagens relacionadas a integração comunitária, sobretudo em matéria de processos para expansão urbana adequada, constitui ainda um desafio, facto este que motiva de certa forma para exploração deste tema, que futuramente poderá se usar de auxílio nas próximas pesquisas e a quem estiver interessado neste mesmo tema. O facto de ter-se desenvolvido esta pesquisa nas vésperas de eleições autárquicas constituiu uma maior limitação no momento de colheita de entrevistas, pois houve muita desconfiança que resultou em rejeições para prestar entrevistas alegando-se que a pesquisa pudesse influenciar às eleições e, conseqüentemente na eleição do edil da autarquia.

#### **4.6. Amostra**

Para realização desta pesquisa definiu-se como grupo-alvo, os residentes do Município da Manhiça, representando 77.191mil habitantes conforme o censo 2017 fornecido por INE. E essa preferência deve-se ao facto de serem nativos e residentes no perímetro em pesquisa. Deverão ser indivíduos com idades que variam de 30 à 70 anos, imaginando-se este, o período em que os processos de expansão urbana começaram a ser notáveis nesta autarquia. Ou seja, sendo que a vila completou em 2023, 65 anos de sua elevação à categoria de vila, os indivíduos nativos e residentes nesta autarquia nesse período provavelmente tenham também acompanhado o seu crescimento e evolução sob ponto de vista de processos que permitem a sua expansão.

O seu subsídio será de maior relevância no que concerne à evolução da integração comunitária nos processos de expansão urbana. As entrevistas foram feitas pela pesquisadora bem como as anotações já que não houve necessidade de extrair imagens fotográficas, as entrevistas foram feitas de forma aleatória considerando os dois géneros para uma melhor diversidade de informações, foram abrangentes e com diversificado grupo-alvo, desde autoridades locais, comunidade, corpo executivo municipal, agentes económicos, académicos, indivíduos singulares, organizações não-governamentais, sociedade civil, juristas, etc.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, a amostra baseou-se com a saturação teórica, razão pela qual no total foram entrevistados 10 elementos, no caso a saturação teórica registou-se a partir do sexto elemento. Os entrevistados variam de 30 à 70 anos de idade, representando um universo 10 mil habitantes, com ocupações e níveis diversificados. Nos entrevistados incluem-se funcionários do Município em estudo.

## Capítulo V

### 5. Resultados e discussão

Este capítulo traz ilustrações com base na apresentação e discussão dos dados pertinentes, que mostram todas as constatações da pesquisa. Inicialmente traz a caracterização e situação socioeconómica da área de estudo, em seguida mostra a situação de envolvimento comunitário no planeamento e na gestão urbana no Município da Manhiça, bem como a situação da integração comunitária na preservação de espécies naturais e no fim mostra os resultados da pesquisa através das entrevistas feitas, onde com base na categorização dos temas foi possível o entendimento do fenómeno pesquisado.

E de forma sintética os resultados permitiram explicar, se os objectivos foram atingidos onde ressaltou a contribuição da pesquisa para a academia e para o desenvolvimento da ciência.

#### 5.1. Caracterização e situação socioeconómica da área de estudo

O distrito da Manhiça com uma área de 2.400 km<sup>2</sup> faz limites a norte com o distrito de Magude, sul com o distrito de Marracuene e oceano Índico, este com o distrito de Bilene e oeste com os distritos de Magude e Moamba, MICOA (2012, p.1). Conforme MITADER-DEPCAM (2015, P.5) a Vila Sede da Manhiça, situa-se ao longo da Estrada Nacional N1, Sul-Norte de Moçambique, há cerca de 80km da Cidade de Maputo, na parte centro ocidental do distrito da Manhiça. É limitada a norte pelo posto administrativo 3 de Fevereiro, a sul pelo posto administrativo de Maluana, a este pelo rio Chiculuanine e oeste pelos distritos de Magude e Moamba, composto por duas localidades, Manhiça-Sede onde se encontra o coração da vila e centra-se o núcleo urbano com 37.342 de habitantes e localidade de Maciana, constituído totalmente por áreas em expansão com 39.849 mil habitantes.

Com clima tropical seco e húmido, com duas estações verão com pluviosidade alta de Outubro a Abril e inverno de Abril à Setembro, com precipitação média anual de 807mm, concentrada nos meses de Dezembro à Fevereiro. A geologia da área municipal, mesma que distrital é caracterizada por formações sedimentares, areia fina, e média das dunas interiores, meia fina e silto-argiloso do vale de Incomáti. Com solos arenosos na zona alta e argilosos e aluvianas na zona baixa, influenciado pelo rio Incomáti. O rio, oportuna na produtividade moderada a alta e águas de boa qualidade. A nível distrital as terras húmidas ocupam 562km<sup>2</sup> correspondente a 24% da área, com cerca de 20km da área das praias, sendo este o potencial turístico de Calanga.

A presença de grande fábrica de açucareira de Maragra, tem recrutado mão-de-obra em grande escala o que tem permitido um rápido crescimento socioeconómico e demográfico na área municipal e sobre tudo no distrito. Embora mesmo com a presença dos dois institutos profissionais e escolas secundárias e primárias do 1º e 2º grau, regista-se a taxa de analfabetismo de 77,7% da população. As vias de acesso estão distribuídos em quase todo distrito e fazem ligação com as sedes dos postos administrativos, com um total de 166,9km de estradas sendo 144km classificadas e 22,9km não classificadas. O facto de o distrito ser atravessado com duas vias-férreas, sendo a linha do Limpopo e a linha Moamba-Unguambe-

Xinavane com maior linha do sistema viário do sul de Moçambique com 534km, estabelecendo a ligação com o vizinho Zimbabwe e com cerca de 146km em território nacional em percurso de médios para mercadorias, tem impulsionado um grande potencial económico favorecendo o desenvolvimento a nível distrital e conseqüentemente municipal. Incluindo a linha com trajecto Maputo-Marracuene-Manhiça, que tem facilitado escoamento de cereais para cidade de Maputo.

Os solos são para o cultivo agrícola, onde as plantações de canavial registam-se demasiados devido a presença da fábrica de Maragra a nível municipal e distrital a fábrica de Xinavane. No âmbito do seu processamento na produção de açúcar, o seu derivado melaço tem-se utilizado localmente para fermentação da própria cana para destilar a bebida alcoólica e o seu bagaço tem-se aplicado nos campos agrícolas para servir de estrumo.

A população distrital esta envolvida no sector económico com 66,3% da mesma praticando actividade primária de agricultura, silvicultura e pesca. Para além das actividades mencionadas a população pratica também actividades comerciais sendo maioritariamente da área municipal, com maior prevalência do comércio informal. Pode-se considerar como potencialidades do distrito e da área municipal, a existência do rio Incomáti que torna possível a prática de agricultura e com maior produção as plantações de canavial que tem abastecido principalmente a fábrica da Maragra e a fábrica de Xinavane, para processamento de açúcar e seus derivados. Destaca-se também a estrada nacional número 1 que tem tornado o distrito bem como o Município um corredor de desenvolvimento socioeconómico.

## **5.2. Categorização e análise dos dados colectados nas entrevistas**

Os resultados obtidos na pesquisa tiveram em consideração os dados colectados através de observação participante e entrevistas feitas para percepção dos dois fenómenos em pesquisa, sendo o primeiro fenómeno integração comunitária nos processos de expansão urbana e segundo fenómeno integração comunitária na preservação de espécies naturais.

Em ambos casos as entrevistas foram compostas por três questões para cada fenómeno, e para entender a integração comunitária nos processos de expansão urbana foram entrevistados 10 elementos e na percepção de integração comunitária na preservação de espécies naturais foram entrevistados 4 elementos, o que permitiu mais subsídio, na medida em que algumas respostas permitiram o surgimento de novas questões que foram aparecendo no momento de diálogo, devido a conexão do assunto abordado alguns pronunciamentos foram repetidos pela ligação dos temas categorizados com a relação que tem.

Os entrevistados foram ordenados para permitir a ordem sequencial das entrevistas o que permitiu a compreensão e evolução das informações na medida que iam decorrendo as entrevistas. Com as questões apresentadas nas entrevistas permitiram entendimento dos fenómenos estudados com base nas abordagens apresentadas pelos participantes entrevistados, com isso foi possível a sua organização em temas e categorias. Através da análise feita resultou em categorias de acordo com temas destacados.

Neste caso a selecção da amostra fez-se de forma aleatória, e abrangeu os residentes do distrito e principalmente da área municipal e teve em conta a ambos géneros onde

maioritariamente foram entrevistados homens. Importa realçar que foi de forma aleatória, não foi objectivo da pesquisa entrevistar mais homens do que mulheres.

Em relação a idade dos entrevistados, a idade mínima foi de 30 anos e a máxima de 60 anos, no primeiro fenómeno, dos 10 elementos entrevistados 3 acharam não haver envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana e 7 acharam haver um envolvimento em que avaliaram como parcialmente boa. Olhando para o género cerca de 40% dos entrevistados foram do sexo feminino e 60% masculino, conforme ilustra-se:

**Tabela 2: Classificação da amostra por género e idade**

Género	Idade	100%	Formas de integração comunitária	Como avaliam a integração comunitária	Se pode melhorar e dinamizar processos de expansão urbana
M	60	60%	Todos elementos acharam 3 formas de integração comunitária	7 Parcialmente boa	Todos elementos acharam que a integração pode melhorar e dinamizar processos de expansão urbana
F	30	40%		3 Não há envolvimento	

Fonte: Autora

No segundo fenómeno no caso, integração comunitária na preservação de espécies naturais dos 4 elementos entrevistados 3 são de sexo feminino e 1 do sexo masculino, onde 3 fazem parte de comités de gestão de áreas de preservação e 1 é gestor ambiental por parte do conselho Municipal.

A classificação em categoria de inter-relação permitiu estruturar em ordem de causa-efeito olhando para as subcategorias que também podem gerar outros factores, podendo não ser pertinente apresentar na pesquisa. A exploração máxima dos fenómenos em pesquisa irá trazer novos paradigmas na forma de gerir os serviços públicos de carácter autárquico. Na medida em que a integração comunitária pode melhorar e dinamizar os serviços municipais sobre tudo nos processos para uma expansão urbana adequada e a integração comunitária na preservação de espécies naturais pode permitir um intercâmbio entre a comunidade e o poder público podendo desta forma haver a promoção de salvaguarda das áreas de preservação de espécies naturais e desta forma promover-se o equilíbrio ambiental.

As entrevistas feitas aos elementos baseadas em três questões definidas sustentaram objectivos e hipóteses bem como as perguntas de partida da pesquisa e permitiram os seguintes temas e categorias conforme o seguinte quadro de factores identificados para o primeiro fenómeno:

**Tabela 3: Mapa categorizado da análise temática do fenómeno envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana.**

Tema	Categorias	Conceito		Causas	Efeitos
Integração comunitária	Formas de integração comunitária	Participação	Participação ou consulta pública	A comunidade detém de conhecimento tradicional, hábitos e costumes, conhece melhor as suas necessidades e propõem os seus	Comprometimento, organização, redução de conflitos, responsabilização, intercâmbio, colaboração, busca se consensos desenvolvimento.
			Reuniões comunitária		
			Auscultação comunitária		

			desejos.	
	Nível de integração comunitária	Ma integração	A falta de envolvimento comunitário, a falta de vontade do governo de integrar a comunidade em planos e projectos, deficiência na forma como a comunidade é integrada, incerteza dos objectivos a alcançar, a falta de transparência no processo, surgimento de áreas desordenadas e ocupações espontâneas.	Surgimento de conflitos, insatisfação e incumprimento dos planos e projectos, atraso de desenvolvimento local, desorganização e rebeldia por parte da comunidade, rejeição das propostas.
		Parcialmente boa	Falta de hábito de envolver a comunidade, envolve-se uma parte da comunidade, a forma e nível de envolvimento não se cumpre na íntegra, a comunidade apenas é informada dos propósitos sem a participação e não há interacção inclusiva.	Nem todos participa, a informação não chega para todos, alguns não acolhem as iniciativas propostas pelo governo, há comunidade que se sentira excluída e insolada, nem todos colaboram e resultará em planos e projectos insustentáveis, causa lentidão no desenvolvimento local.
	Como pode melhorar e dinamizar processos de expansão urbana adequada		Com a integração comunitária real e profunda, reduz conflitos entre a comunidade e governo, promove a organização espacial, através das opiniões e observações, todos ficam dentro do assunto, haverá maior aceitação dos planos, a comunidade ira-se sentir envolvida e privilegiada, minimiza os erros na elaboração dos planos, a comunidade conhece os contornos dos territórios evita condicionalismo a cedência de áreas urbanizáveis.	Harmonia e tranquilidade entre a comunidade e o governo, há satisfação na comunidade e no governo, resultados positivos e sustentáveis, desenvolvimento socioeconómico comunitário, A comunidade passa a assumir as propostas desenhadas, a sua intervenção pode ajudar na definição dos serviços e garantir planos exequíveis e o processo pode ocorrer de forma clara e coerente.

Fonte:

Autora

Conforme ilustrado na tabela 3, tem-se como formas de envolvimento comunitário no Município da Manhiça, a participação através de participação pública, reuniões comunitárias e auscultação comunitária e tem como **efeitos**: tornar o poder público competente e responsável, tornar a comunidade mais organizada e responsabilizada, cria um intercâmbio entre o poder público e a comunidade o que resulta em projectos e planos de expansão exaustivos e sustentáveis o que melhora economia da comunidade e do poder público e conseqüentemente um rápido desenvolvimento local.

A **causa** da integração comunitária tem a ver com necessidade da comunidade passar a fazer parte dos planos, projectos e actividades, nos processos de expansão urbana a comunidade conhece melhor os contornos e limites entre os territórios, propõe condições necessárias para elaboração dos planos e projectos, permitindo resultados sustentáveis, apresenta o que gostaria que se incluísse nos planos, cria-se comissões de trabalho para defender seus interesses.

A integração comunitária como **factor principal** melhora definição dos processos de expansão urbana, permite intercâmbio entre poder público e comunidade, a necessidade de processos de expansão urbana adequada, desenvolvimento de novas áreas territoriais.

De forma categórica pode se considerar a seguinte informação:

**Factor: integração comunitária**

- Abre espaço para a comunidade opinar;
- Tem-se em conta as condições de vida da comunidade;
- Permite planos e projectos sustentáveis quando tem-se considerado a realidade da comunidade;
- Evita mal interpretações e equívocos por parte da comunidade;
- Evita desconfianças na execução das actividades;
- Manifesta- se vontade e interesse de execução dos planos e projectos de desenvolvimento
- Colaboração da comunidade nas actividades em benefício da mesma;
- Na integração comunitária há comunhão com poder público;
- Tem em conta o que será para o seu benefício;
- A comunidade realiza actividades com muito amor já que é do seu benefício;
- A comunidade trabalha com vontade;
- Garante segurança no momento de implementação dos planos e projectos;
- A comunidade controla e zela nas actividades;
- Abre espaço para o poder público ouvir a comunidade como gostaria que ocorressem os planos e projectos;
- A comunidade faz acompanhamento e execução dos projectos e planos;
- A comunidade dá parecer daquilo que gostaria que fosse.

**Olhando concretamente para as questões de entrevista, quanto a primeira questão quais são as formas de integração comunitária nos processos de expansão urbana na Autarquia da Manhica?**

Todas respostas dos entrevistados foram unânimes em dizer que as formas de intervenção são a participação pública, onde esta forma tem-se aplicado quando trata se de planos e projectos de grande dimensão em que no caso são dirigidos pelo presidente do município, e auscultação e reuniões comunitárias que podem ser orientados a nível do conselho executivo (vereadores e técnicos). Dentro dessa percepção houveram 3 entrevistados que tiveram dificuldades em dizer concretamente as formas de participação, no entender deles devido a falta de clareza na forma como tem-se procedido com processo de integração comunitária no Município da Manhica.

Conforme sustenta Ranchordas et al (2007, p.7) a participação é uma parte essencial no discurso comunitário e político que tem sido enfatizado e reclamado, mas pouco praticado na realidade.

Para estes autores o processo de participação não é uniforme e abrange uma sequência de abordagens que vão desde a divulgação e consulta de informação do governo para cidadão e vice-versa.

[...] A comunidade tem tido espaço para opinar nem ! Nas reuniões comunitárias, não só, na apresentação de propostas opina também na actualização dos planos e projectos [...] é isso (entrevistado n°1, 2023).

[...] ophaaa...eu tenho visto as comunidades reunidas em auscultação comunitária, talvez pela necessidade de negociações mas fazem quando necessário consultas locais e em povoações...não digo que é boa mas costuma se fazer encontros em alguns bairros [...] essa é minha opinião (entrevistado n°2, 2023).

[...] Vejo certas vezes a população reunida e me parece que todos tem direito a palavra, para mim auscultação é a melhor forma de reunir as pessoas [...] mas os do Município tem envolvido a comunidade a partir de chefe de quarterão, de dez casas, secretários dos bairros e chefes das localidades [...] fazem isso nos comités de círculos e nos bairros, para mim é a melhor forma de fazer chegar a informação a população local, mas só vão apresentar o que tem a fazer [...] se fizessem isso desde começo seria bom (entrevistado n°5, 2023).

[...] Para mim pensando, há integração mas não há, se fizessem auscultação ou reunirem a população para fazer perceber a comunidade seria bom [...] mas não se insere a comunidade ou seja, não se ouve a comunidade [...] ou seja não há o que vocês pensam, apenas há vamos fazer isto! Mas uma vez que no fim sempre apresentam planos traçados posso dizer que há integração mas não é viável [...] porque a conversa que tem havido com a comunidade é imperativa e cursiva [...] (entrevistada n°7, 2023).

[...] Geralmente faz-se consultas públicas para colher mais sensibilidades, sendo uma participação mais abrangente, além das reuniões e auscultação comunitária [...] (entrevistado n° 10, 2023)

**A avaliação da integração comunitária nos processos de expansão urbana no Município da Manhiça, constituiu na segunda questão da entrevista** onde nos 10 entrevistados 8 avaliam como parcialmente boa, olhando o nível de envolvimento da comunidade, 2 acharam uma má integração alegando que a forma que tem-se envolvido a comunidade não é real por isso que não tem sido abrangente e inclusiva, os 2 entrevistados concluíram que o governo não tem hábito de promover a participação pública e que em alguns casos que acontece apenas é para informar a comunidade de forma imposta para tomar conhecimento de um determinado plano, mas que não chega a haver uma interacção.

Por isso para Ribeiro e Filipo (2013, p.180) a presença de pessoas da comunidade, seja em consultas públicas, oficinas participantes ou até mesmo em conselhos não significa que haja participação comunitária efectiva.

Daí que Rancheordas et al (2007, p.16) considera que para garantir uma boa participação informada é normalmente necessário a mudança de regras e processos, que permitam criar espaços para as pessoas debaterem assuntos. Pois a participação para além de ser um campo de interacção, permite também a consciencialização, formação, sensibilização, colaboração controle e parceria.

No caso, todos entrevistados afirmaram haver integração, geralmente com os secretários dos bairros, o que faz entender que não tem sido de forma integrante e inclusiva, apenas há envolvimento a uma parte representante da comunidade. É verdade que as estruturas locais tem a função de representar a comunidade mas há sempre necessidade de uma participação de forma mais abrangente que poderá dar espaço de conversação a todos, onde todos terão direito a opinião sobre tudo quando tratar se de processos de expansão urbana que carecem de mais subsídios tratando se de um processo que poderá promover o desenvolvimento local, as diversas opiniões podem impulsionar a tomada de melhores decisões.

[...] A integração comunitária no Município da Manhiça pode se considerar boa na medida em que com tempo poderá se melhorar alguns aspectos, como seu cumprimento real em todos processos em todos projectos e actividades no seio do Município [...] é importante que toda a comunidade esteja envolvida para não haver mal interpretação e equívoco, ou seja tem que se envolver toda gente da comunidade principalmente as estruturas locais, tem que perceber o que é que esta acontecer [...] (entrevistado n°2, 2023).

[...] Para mim a participação da comunidade não tem sido efectiva, pois várias vezes o Município só apresenta os resultados sem ter inicialmente envolvido a comunidade, por isso não é então efectiva [...] embora no fim sempre tem apresentado o resultado final, daí que abre espaço para quem tiver algo a dizer para acrescentar ou retirar-se no que já esta proposto [...] (entrevistado n°3, 2023).

[...] Eu diria que a integração comunitária no Município da Manhiça é parcialmente boa, uma vez que a voz da comunidade não se faz sentir perante autoridade competente [...] digo isso porque não se conversa com a comunidade, não há um inserir a comunidade, não se dá, espaço a comunidade para manobras [...] (entrevistado n°6, 2023).

**Em relação a última questão da entrevista se a integração comunitária pode melhorar ou dinamizar processos de expansão urbana adequada**, percebeu-se que os entrevistados conseguem perspectivar qual pode ser o impacto ao envolver-se a comunidade nos processos de expansão urbana e que de certa forma, bem percebem que o impacto pode ser positivo conforme as seguintes ilustrações dos entrevistados:

- Com direito a opinião poderão dizer como querem que sejam os planos;
- A comunidade passa assumir as responsabilidades;
- Se o processo for abrangente, todos tomam conhecimento dos planos e projectos de implementação e execução;
- Quanto mais informadas as pessoas, as coisas correm rápido;
- Uma comunidade integrada é uma comunidade com mente aberta;
- Quanto mais envolvida a comunidade maior será aceitação dos planos e projectos;
- A comunidade tem histórias para contar que possa subsidiar no alcance dos objectivos definidos nos planos e projectos;
- A comunidade tem conhecimento tradicional para auxiliar no momento de elaboração dos planos e projectos;
- A comunidade fica satisfeita em fazer parte do processo;
- Com envolvimento comunitário pode-se levantar preocupações gerais numa comunidade;
- Com uma boa integração comunitária, outras comunidades próximas podem se sentir motivadas e mobilizadas para futuros projectos já que terão feito acompanhamento da participação com ideias colocadas em prática;
- A colaboração comunitária pode permitir projectos e planos sustentáveis;
- Quando a comunidade sente-se envolvida, há uma melhor interacção e intercâmbio na definição, implementação e execução dos planos e projectos;
- O envolvimento comunitário minimiza os erros nos planos e projectos de urbanização;
- Os projectos e planos são definidos de acordo com as necessidades da comunidade, sendo ela que conhece os contornos dos territórios;
- Ao assumir o processo como dela, pode se evitar condicionalismo a cedência de áreas urbanizáveis;
- O processo acontece de forma clara e coerente e com acompanhamento de todos.

[...] A integração comunitária pode melhorar e dinamizar processos de expansão urbana adequada com base nas diversas opiniões que poderão ajudar na elaboração de planos sustentáveis que irão promover um desenvolvimento local e comunitário [...] a comunidade também ajuda na ocupação de espaços próprios no âmbito de desenvolvimento urbano e social, o que pode culminar com elaboração de planos de pormenores [...] sendo a base de desenvolvimento comunitário, que facilitam que o seu territorizito onde residem e desenvolvimento das suas actividades [...]. (Entrevistado n°1, 2023)

[...] Com a inserção do grupo representante da comunidade na definição e implementação dos planos é um dos factores de sucesso nesses processos [...] sobre tudo é

uma das formas de mitigar conflitos, daí que importa respeitar-se as políticas traçadas como forma de salvaguardar interesses do governo e da comunidade [...]. (Entrevistado n°2, 2023)

[...] Onde há integração real pode de facto melhorar e dinamizar processos de expansão urbana adequada [...] quanto mais informada a comunidade é uma comunidade com mente aberta e fica atenta ao desenvolvimento [...] com envolvimento da comunidade a própria comunidade fica satisfeita em fazer parte do processo, o que permite levantar preocupações gerais [...]. (Entrevistado n°6, 2023)

[...] Com a integração comunitária haverá melhor interacção e intercâmbio na definição e implementação desses processos e se haver real cumprimento e implementação prevista [...] para além de que essa integração minimiza os erros já que todos envolvidos poderão subsidiar em ideias que poderão se por em prática [...] (entrevistado n°7, 2023)

Para o segundo fenómeno integração comunitária na preservação de espécies naturais teve-se como categorias:

**Tabela 4 - Mapa categorizada da análise temática do fenómeno envolvimento comunitário na preservação de espécies naturais**

<b>Tema</b>	<b>Categoria</b>	<b>Conceito</b>	<b>Causa</b>	<b>Efeito</b>
Integração comunitária na preservação de espécies naturais	Formas de integrar	Campanhas de sensibilização	De forma que a comunidade respeite aos limites das áreas de preservação ambiental, sensibiliza-se a comunidade sobre não, à actos ilícitos no caso das queimadas descontroladas, desmatamento e abate as espécies.	A comunidade colabora em actos de protecção e preservação ambiental.
		Campanhas de consciencialização	De forma a fazer perceber a necessidade de se zelar a natureza, de uso sustentável dos recursos, salvaguarda de espécies nativas, a necessidade de mudança de comportamento e promoção de equilíbrio ambiental, a comunidade torna-se consciente das adversidades ambientais e passa a ter sabedoria e necessidade de preservar as espécies nativas.	Com a consciência ambiental as acções ambientais poderão se manter, com a consciência ambiental a própria comunidade vai lutar pela salvaguarda da natureza e do ambiente, terá obrigação de preservar o património ambiental, a comunidade vai passar a dar contributo na protecção das áreas preservadas.
		Educação ambiental	A educação ambiental trás a consciência á comunidade da necessidade de preservação e conservação ambiental, do valor do uso sustentável dos recursos, permite o pensamento crítico para com as áreas de protecção ambiental, a educação ambiental abre espaço para a comunidade saber se posicionar e relacionar-se com o meio ambiente, promove o pensamento	A comunidade fica despertada em cuidados com as acções contra o meio ambiente, pelas actividades praticadas contra o ambiente passa a ter em conta aos impactos das actividades que exerce, a comunidade passa a agir no ambiente de forma responsável, passa a desenvolver acções sustentáveis, consciencializa a comunidade a necessidade de preservar áreas de

			crítico em acções de preservação e de protecção ambiental.	espécies naturais.
		Comités de gestão ambiental	Os comités de gestão ambiental surgem pela necessidade de sensibilizar e consciencializar a comunidade nas acções de gestão ambiental, para incumbir a missão a toda comunidade de acções de boas praticas ao ambiente, surge com incumprimento de boas práticas ambientais, surgem com a falta de cumprimento de políticas de gestão ambiental, devido a destruição do meio, das áreas protegidas e preservadas, surge pela irresponsabilidade ambiental.	Administram actos ambientalmente sustentáveis, permitem a gestão efectiva, controle e protecção das áreas de protecção ambiental, promovem reconhecimento de protecção e preservação ambiental, disseminam informação através de sensibilização e consciencialização a comunidade no geral e aos demais.

Fonte: Autora

Conforme a tabela 4, ilustram-se como formas de envolvimento da comunidade na preservação de espécies naturais a sensibilização, consciencialização, educação ambiental e comités de gestão ambiental. O envolvimento da comunidade na preservação de espécies naturais tem como **causa**: a necessidade de interacção e colaboração em acções ambientais entre a comunidade e o poder público, pela necessidade de fazer entender a comunidade das boas práticas ambientais, de levar a consciência da comunidade para a salvaguarda dos recursos naturais, de mudança de comportamento e promoção de equilíbrio ambiental, a necessidade de trazer pensamento crítico em relação aos aspectos ambientais.

Com **efeito** de colaboração em actos de protecção e preservação ambiental, a mudança de comportamento e preocupação em salvaguardar espécies, contribui em acções de promoção de equilíbrio ambiental, a comunidade fica despertada de actos contra o meio ambiente e passa a ter em consideração as acções que causam impacto negativo ao ambiente, promoção de sustentabilidade ambiental, gestão efectiva, controle e fiscalização das áreas protegidas.

O envolvimento comunitário na preservação de espécies naturais como **factor principal** permite uma interacção e colaboração da comunidade no geral e do poder público, onde com as acções traçadas poderão ser aplicadas a fim de promover atitudes ambientalmente sustentáveis.

### **Com a primeira questão, se no Município da Manhiça existem áreas destinadas a preservação de espécies nativas?**

Percebeu-se pela resposta da entrevistada, a técnica de ambiente a nível do Município e por alguns membros de comité de gestão dos recursos naturais que existem áreas definidas para a preservação de espécies naturais em pelo menos seis bairros em expansão desde 2008. E o critério usado na sua definição foi a localização e presença de maior número de espécies

nativas e ou endêmicas, onde logo no início na delimitação destas áreas houve a integração comunitária.

[...] Pela necessidade de preservação e protecção de espécies naturais bem como uma forma de promover o equilíbrio ambiental, tomou-se decisão de se delimitar áreas de preservação de espécies naturais a nível dos bairros [...] teve-se como foco todos os bairros novos que são os que tem mais áreas amplas virgens, que salvam ainda maior número de espécies locais [...]

[...] É verdade que a iniciativa foi a nível municipal mas pelos vistos a comunidade também já estava a precisar destas áreas que são a sua identidade, vê-se pela forma como receberam esses programas e por conta disso, há uma forte e maior colaboração por parte da comunidade [...] O que torna a gestão destas áreas protegidas da melhor forma, já que a própria comunidade controla e fiscaliza esses sítios [...] (Entrevistada nº1, 2023)

[...] Conforme a apresentação que se fez num dos encontros no comité a nível do Município tem áreas de protecção e preservação de espécies naturais em pelo menos 6 bairros incluindo a nossa floresta aqui no bairro Mitilene [...] se a memória não me traí, já há mais de 10 anos que existem estes espaços, uma vez que eu só comecei a ser membro de comité há três anos, mas tive conhecimento disso conforme já expliquei [...]

[...] Todos nós gostamos muito por ter-se proibido o corte de lenha nestas áreas, nem madeira, mesmo para tirar fruto nas árvores que dão fruto, não se permite porque só de se autorizar isso, depois podem haver aproveitadores que vão deixar de consumir apenas frutas e vão cortar as árvores, esta melhor assim! [...]

[...] Na verdade foi difícil para todos termos que aceitar que, há matas que não devemos mais entrar, mas hoje em dia é um orgulho, porque estamos a ver que nos outros bairros nem todas árvores que nós temos eles têm, aí todos percebemos que é importante termos esses lugares preservados [...] (entrevistado nº2, 2023).

[...] Quando tomamos conhecimento que há uma área que vai se tornar um jardim botânico com base nas plantas locais no nosso bairro de Ribjene, ficamos bastante felizes, embora não imaginávamos que fosse um espaço tão amplo a fim de ser mais de 6ha [...] o mais importante é que as plantas que nos representa como bairro já estarão salvos, e porque o Município um dia vai crescer e quase todos espaços vão virar cidade, ali no jardim vão permanecer as plantas, onde um dia os nossos netos poderão ver que ninguém plantou nasceram ali, onde em outros bairros já terão desaparecidos. [...] (entrevistado nº3, 2023)

### **A segunda questão tem a ver com o envolvimento da comunidade na preservação de espécies naturais se existe?**

Em conversa com representante da área de gestão ambiental no Município percebeu-se que existe envolvimento da comunidade na protecção e preservação de espécies naturais a nível de todos bairros com estas áreas definidas. E para além de envolver a comunidade no geral há um envolvimento mais profundo com a comunidade representante dos demais, esses que formam um grupo de elementos de comité de gestão dos recursos naturais em todos bairros, principalmente nos bairros com áreas de protecção ambiental definidas.

[...] Realmente tem-se envolvido toda comunidade na protecção e preservação de espécies naturais, ou seja, toda comunidade foi convidada a fazer parte desta causa ambiental [...] naturalmente que não é possível todos controlarem e fiscalizarem as áreas preservadas, daí que criou-se um grupo representante da comunidade e formou-se comité de gestão dos recursos naturais em particular de áreas de preservação. [...] Apesar desses grupos criados nos bairros toda a comunidade é convidada ao autocontrolo das áreas de protecção ambiental, bem como de controlo ao próximo, situação que tem resultado benéfico, onde notou-se a diminuição de desmatamento, abate das árvores, queimadas descontroladas e outras atitudes ilícitas. [...] (entrevistada nº1, 2023)

[...] O envolvimento da comunidade no controlo e fiscalização das áreas de preservação foi a maior estratégia que pode se usar como uma forma de aproximar a todos na protecção destas áreas, desta forma todos temos a responsabilidade de cuidar destas áreas, ainda mais porque nos encontros faz-se perceber o valor que estes lugares tem, primeiro para a comunidade e de forma geral para o ambiente em quase todo universo. [...] Por causa desse envolvimento passamos a dar mais valor as plantas nativas, toda gente da comunidade passou a saber que temos que cuidar das plantas nestes lugares para não desaparecerem [...] eu em particular depois que fiquei a saber a importância das áreas preservadas ganhei mais respeito com estas áreas, na verdade é como se fossem áreas sagradas. [...] (entrevistada nº2, 2023).

[...] Pelo menos aqui no bairro Nhambi há envolvimento da comunidade na preservação de espécies naturais e quero acreditar que tem havido em outros bairros também. [...] Por causa desse envolvimento todos estamos sensibilizados e já temos na consciência que temos que cuidar das plantas nativas porque se não cuidarmos um dia podem desaparecer para sempre, já que só saem num lugar específico. [...] (entrevistado nº3, 2023)

### **Com a última questão, como tem sido a gestão de áreas de protecção e preservação de espécies naturais no Município da Manhica?**

Conforme os entrevistados a gestão das áreas de protecção e de preservação de espécies naturais tem sido bom, apesar de serem poucos momentos em que têm-se realizado campanhas de sensibilização e de consciencialização em relação a posição e tratamento que a comunidade deve proceder para uma boa gestão ambiental. A falta de planos e programas com uma definição clara do processo de gestão e tarefas que a comunidade deve exercer faz parte das inquietações levantadas por quase todos elementos entrevistados que fazem parte de comités de gestão dos recursos naturais, para além da falta de equipamento que possam identificar melhor os que fazem parte de comité de gestão.

[...] Bom, posso dizer que a gestão das áreas de preservação de espécies naturais é boa na medida que há uma evolução naquilo que era antes, desde exploração destas áreas com abate das árvores, desmatamento, queimadas descontroladas, e ao mesmo tempo aumentou o controlo e protecção destes sítios, assim como a própria comunidade tem informado em caso de alguém com intenção de invasão destas áreas [...] na verdade toda comunidade tem controlado e fiscalizado estas áreas, por isso em caso de qualquer pessoa com intenção de invadir e explorar estes recursos temos nos alertados, principalmente os que vivem no

perímetro próximo, e se isso acontecer aproximam- se imediatamente ao local. [...] (entrevistado nº1, 2023)

[...] A única coisa que não agrada assim, é o tempo que se fica sem promover campanhas de sensibilização e de consciencialização nos bairros, as campanhas podiam ser trimestrais quando mais, outra coisa preocupante nós como elementos integrados em comités de gestão era suposto termos equipamento que pudesse nos identificar devidamente, mas assim civil como estou, nada me difere dos outros. [...] (entrevistado nº1, 2023)

[...] Posso dizer que trabalhamos bem e a comunidade também colabora, pois são eles mesmo que nos chamam atenção em caso de algum movimento estranho nas florestas, temos um sinal de alerta onde todos ficamos atentos [...]

[...] É verdade que trabalhamos dentro das dificuldades mas mesmo assim temos visto os resultados, muitos já sabem que nos jardins e florestas com plantas locais são sítios proibidos e todos devemos proteger, controlar e alertar em caso de alguém com intenção de alguma atitude contra [...]

[...] Uma das coisas que ia ajudar são encontros periódicos nos bairros, onde pudesse falar da importância de manter as espécies naturais preservadas, fica-se muito tempo sem essas reuniões, e aí as pessoas acabam negligenciando o princípio definido. [...] (entrevistado nº2, 2023)

[...] Por mim nós trabalhamos dentro das condições em que estamos, mas acho que podia-se melhor e criar-se rotina de campanhas de sensibilização e consciencialização como uma forma de mantermos a informação a todos, da necessidade de protecção e controlo das áreas de preservação [...] há também necessidade de planos e programas de gestão mais actualizado onde deve haver firmeza no seu cumprimento, só assim estaríamos perante a melhor gestão [...] A situação de equipamento de trabalho é um outro ponto essencial [...] (entrevistada nº4, 2023)

### **5.3. Processo de envolvimento comunitário no planeamento e gestão urbana no Município da Manhica**

Para Simione (2018, p.1) a partir da década de 1990 iniciou-se o processo de democratização do estado com a promulgação da constituição democrática baseada no pluralismo político.

No caso a constituição trouxe um novo paradigma na forma de abordar assuntos e no processo de tomada de decisão, que passou a ser mais integrante e abrangente com direito a palavra e opinião a todos sem nenhuma exclusão. O autor sustenta que a constituição trouxe novas formas de articulação entre o estado e a sociedade. Em detrimento do anterior sistema que caracterizava-se pela fraca participação e presença da sociedade no debate de vários assuntos e na tomada de decisões políticas.

O processo participativo em Moçambique surge com a criação dos conselhos locais e distritais em que conforme Simione (2018, p.4) passaram a ser encarados como mecanismos

de viabilização da participação dos vários segmentos da sociedade no processo decisório das políticas.

No Município da Manhiça a evolução em relação ao envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana iniciou a partir do ano 2000, sendo este período em que passou conforme Simione (2018) a considerar o envolvimento da população como fundamental para a melhoria do processo decisório assim como dos resultados dos entes públicos e para fortalecer e consolidar o estado democrático.

No caso do Município da Manhiça, pode se considerar como marco de envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana, o ano 2008 com a elaboração do plano do bairro Aeródromo, sendo que foi acompanhado com a participação da comunidade, embora não ter havido um envolvimento reconhecido e abrangente, pois apenas informou-se a comunidade da necessidade de expansão da vila, através da definição do plano de pormenor do bairro Aeródromo.

Conforme os relatos viu-se a necessidade de nos próximos planos de expansão como dos bairros Balucue 1 e 2, ter-se melhorado na forma de envolver a comunidade, pois passou de uma simples informação a comunidade e abriu-se espaço da própria comunidade participar por perto na elaboração, implementação e execução desses planos, daí que houve obrigação de criação de comissões de actividades, que automaticamente passaram a fazer acompanhamento, controlar e zelar em todo processo e nas actividades desses planos a nível dos bairros em intervenção.

O cenário de criação de comissões de actividade trouxe um novo paradigma e avanço bastante notório na forma de concepção das propostas de elaboração dos planos de urbanização, na forma e dimensão de participação e envolvimento a nível da comunidade, onde notou-se também uma evolução na elaboração implementação e execução dos planos de urbanização nesta autarquia.

Essa evolução foi bem notória principalmente no processo de elaboração, implementação e execução dos planos de pormenor actuais nos bairros Mulembja 1 e 2 (2014 e 2016), Cambeve (2016 e 2019) e Machecane (2020 e 2022), conforme os mapas 3 e 4 em anexo. Pois a comunidade para além de opinar, apresentar as suas preocupações e seus desejos, já pode acompanhar todo processo de elaboração dos planos desde início, no momento da sua implementação e execução, com base nos grupos de trabalho formados, as chamadas comissões de trabalho de campo, conforme ilustra a tabela 5.

**Tabela 5: Ilustrando o estágio de evolução de forma resumida do envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana no Município da Manhiça.**

<b>Ano de elaboração</b>	<b>Plano</b>	<b>Estágio de envolvimento comunitário</b>
1998-2008	Plano de pormenor do bairro Aeródromo	Informou-se a população da necessidade de execução do plano
2005-2010	Planos de pormenor de Balucue 1 e 2	Reuniu-se a comunidade da necessidade de execução do plano

2010-2016	Plano de pormenor de Mulembja 1 e 2	Criou-se a comissão de actividades, a comunidade passou a fazer acompanhamento dos planos
2016-2020	Plano de pormenor de Cambeve	A comissão de actividade passou a se responsabilizar pelo trabalho, a zelar e controlar.
2020-2023	Plano de pormenor de Machecane	A comunidade acompanha a implementação do plano e passa a ter domínio da sua execução.

Fonte: Autora

A comissão de trabalho de campo é o grupo formado a nível local e do bairro, com o propósito de fazer acompanhamento das actividades no âmbito de execução dos planos. É o grupo representante da comunidade na autarquia que para além de controlar e executar deve zelar pelas necessidades da comunidade, se são tidas em conta as suas necessidades. O que resulta numa organização socio espacial e na promoção de desenvolvimento socioeconómico local.

Apesar de existir no Município da Manhiça envolvimento comunitário no processo de elaboração dos planos de urbanização e em diversas actividades, precisa-se melhorar na forma como tem-se integrado a comunidade, pois o envolvimento verificado ainda não é desejado e real, abrangente e integrante, dado que em algumas situações as formas de envolver a comunidade não vão ao alcance do objectivo desejado. Conforme Reed (2008) e Rowe e Frewer (2004), citado por Simione (2018, p.17) podem ser pragmáticos quando visam, por exemplo, melhores decisões que são mais propensas a serem implementadas, ou podem ser normativos quando buscam, por exemplo, o direito democrático ou a expectativa de que o público e/ou grupos de interesse devem participar nas principais decisões que os afectam.

Importa colocar a par toda a comunidade, onde todos terão direito a opinar e quando as opiniões forem diversificadas e vindo da maior parte da comunidade e principalmente daquela comunidade que se sente abandonada e menos importante, só assim haverão melhores subsídios, consensos e melhores resultados na elaboração dos planos, o que vai permitir como resultado final, planos sustentáveis, aceites e assumidos por todo estrato social.

No Município da Manhiça embora se verifique uma evolução no envolvimento da comunidade nos processos de elaboração dos planos de expansão urbana há uma insatisfação devido a ausência de plano de estrutura urbana e plano distrital de uso de terra a nível distrital. A falta desses instrumentos pode tornar processos de expansão urbana incoerentes, onde sabe-se que o plano de estrutura urbana é um instrumento chave para se avançar com planos de expansão urbana, na medida que definem o zoneamento para diferentes usos de solo, a ausência desses instrumentos pode promover ocupação imprópria das áreas potenciais a nível municipal e distrital. Pode também causar conflitos de interesse entre o governo e Município, devido a falta de clareza dos limites entre esses territórios pelo que, há uma forte urgência de intervenção por parte dos que superentendem este assunto para acautelar este fenómeno vivenciado nesses dois territórios antes que seja desastroso.

#### **5.4. Integração comunitária na preservação de espécies naturais no Município da Manhiça**

Conforme Impacto (2012, p.23) no distrito da Manhiça ocorrem três principais tipos predominantes de vegetação: a vegetação dunar na região litoral, matas e florestas secas semi-decíduas na região subtropical e interior de mosaico de flora aquática de aluvião, na região centro-norte do distrito de Manhiça. Ainda da mesma situação na região subtropical e para o interior, as formações comuns consistem em matas e florestas secas sobre solos de Machongos.

Relativamente às áreas de conservação conforme o Impacto (2012, p.29) o distrito da Manhiça não tem áreas de conservação, apenas há áreas de conservação próximas ao distrito, existentes na província de Maputo, que são as reservas florestais e marinhas das ilhas de Inhaca e dos Portugueses, a reserva especial de Maputo e a reserva florestal de Bobole.

De acordo com Impacto apesar de não existirem iniciativas de conservação em implementação no distrito este, está inserido numa das grandes ecoregiões florísticas, denominado centro de endemismo de Maputoland. Pela diversidade de espécies endémicas que dispõe o distrito, carece da definição de áreas de conservação e sobre tudo de preservação das espécies naturais como forma de manter a sua protecção.

Em relação ao Município conforme as entrevistas feitas há iniciativas de implementação de reservas de preservação de algumas espécies endémicas em alguns bairros, e no âmbito da sua definição houve, por um lado o envolvimento da comunidade, e por outro teve-se como influentes os secretários dos bairros, tendo com base nisso havido necessidade de criação de comissões de gestão destas áreas compostos pela própria estrutura local e alguns membros da própria comunidade local.

Apesar de existirem algumas áreas de preservação de espécies endémicas no Município da Manhiça, não é feito um acompanhamento profundo em todas áreas, o que cria uma situação de insegurança e vulnerabilidade em algumas áreas previstas de preservação. Percebe-se que a comunidade nestes bairros não se sente totalmente envolvida devendo se melhorar no intercâmbio através da sensibilização e consciencialização como forma de manter um forte vínculo entre o estado e a comunidade local.

Neste caso passam duas décadas que se definiram áreas de reservas ambiental no Município da Manhiça, não é feito um acompanhamento profundo como forma de promoção ambiental incluindo áreas de preservação das espécies naturais e se fez a nível dos bairros, onde nos 18 bairros que o Município tem, em 6 bairros foram reservadas áreas de preservação de espécies naturais. No caso dos bairros Ribjene com 6ha, Nhambi 16ha, Mitilene 31ha, Chibcutso 25ha, Cofi 27ha e Chibututuine 15ha de área ocupada respectivamente, conforme o mapa 5 em anexo das áreas de preservação de espécies naturais.

Conforme a conversa que se teve com 3 elementos de comité de gestão dos recursos naturais, em 3 bairros, nos bairros onde o envolvimento comunitário é forte a comunidade local está integrada no controlo e protecção das áreas de preservação. E o Município através do sector de meio ambiente tem promovido campanhas de sensibilização e consciencialização da comunidade no geral para preservação e protecção das áreas reservadas às espécies endémicas.

E o envolvimento comunitário na preservação de espécies naturais, nota-se pela colaboração, disponibilização e pela vontade que a própria comunidade tem de controlar, fiscalizar e vigiar estas áreas, o que permitiu a redução da invasão às áreas de preservação, queimadas descontroladas, desmatamento e a prática de acções ilícitas ao ambiente.

### **5.5. Integração comunitária nos planos, projectos e programas de desenvolvimento comunitário**

A situação de integração comunitária tem sido um dos assuntos tratados em vários continentes, dada a preocupação de muitos para entender a sua filosofia e ou teoria. A semelhança do que acontece em Portugal, conforme Elvas (2009), ao envolver a comunidade local em programas e projectos de desenvolvimento local, contribuiu ao sentimento de pertença e identidade da comunidade.

O mesmo acontece no Município da Manhiça, a comunidade envolvida em planos e projectos responsabiliza-se e assume todo processo como dela, no caso de gestão de áreas protegidas que esta sob controlo da comunidade para salvaguardar as espécies que lhes identifica.

No Brasil, de acordo com Sakurai e Costa (2021), a participação comunitária tem sido em diálogo horizontal sem imposição, com autonomia dos envolvidos, por isso as soluções são democráticas e os planos e projectos são inclusivos.

Diferente do que acontece no Município da Manhiça, pois em vários casos informa-se a comunidade da necessidade de execução dos planos e projectos, essa forma não tem permitido um engajamento da comunidade, por isso tem havido desinteresse e falta de colaboração, daí as soluções serem limitadas com resultados insustentáveis.

Em alguns casos que tem havido a participação da comunidade, a mesma não tem sido real, abrangente, efectiva nem activa, daí não ser inclusiva e as soluções e consensos tem sido incoerentes.

## Capítulo VI

### 6. Conclusões e recomendações

Este capítulo apresenta de forma sintética as conclusões e no fim descreve sugestões e recomendações para futuras pesquisas.

#### 6.1. Conclusões

Os resultados do estudo corroboram com as hipóteses de que a integração comunitária no Município da Manhiça, pode melhorar os processos de expansão urbana e preservação de espécies naturais e que os planos de expansão urbana abrem espaço para que a integração comunitária nos processos de expansão urbana bem como na preservação de espécies naturais sejam eficientes.

Com objectivo geral de analisar a integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais, em que de forma específica vão identificar a integração comunitária, entender as formas de integração comunitária nos processos de expansão urbana e na preservação de espécies naturais, compreender também se a integração comunitária pode melhorar ou dinamizar processos de expansão urbana. Como resultado pode se concluir o seguinte:

Nos processos de expansão urbana nota-se uma evolução ao envolvimento comunitário de forma parcial sendo que ainda não é efectiva, profundo e abrangente, e não se verifica em todo processo de expansão urbana, neste caso desde início no momento de elaboração dos planos, divulgação e na implementação.

Apesar de a participação comunitária ser acompanhada em três momentos que permitem a interacção comunitária com o poder público, sendo a participação comunitária, auscultação pública e reuniões comunitárias, os seus efeitos não permitem ainda uma colaboração real e profunda podendo-se concluir que ainda é bastante desafiador, na medida que a integração comunitária não é efectiva.

No Município da Manhiça, a evolução da integração comunitária nos processos de expansão urbana iniciou a partir do ano 2008, em que viu-se a necessidade de integrar a comunidade nos processos de expansão urbana como uma forma de melhorar e dinamizar o processo bem como para ter resultados positivos e passivos.

E a elaboração do plano de pormenor do Aeródromo constituiu um marco inicial de um processo acompanhado com uma participação da comunidade, embora não tenha havido um envolvimento abrangente e efectivo na medida que só informou-se a comunidade da necessidade de expansão da vila.

O envolvimento foi evoluindo com o passar de tempo no processo de definição dos planos de Balucene 1 e 2, em que notou-se evolução na forma de participação onde ao em vez de ser uma simples informação, a comunidade passou a fazer parte do processo, onde criou-se também comissões para um melhor acompanhamento, interacção e colaboração no âmbito de implementação dos planos.

Actualmente com elaboração dos planos de Mulembja 1 e 2, Cambeve e Machecane, pode-se considerar que a integração da comunidade nos processos de expansão urbana permitiu um avanço na elaboração, implementação e execução dos planos de expansão urbana, onde a comunidade, opina, e apresenta as suas preocupações e desejos do que pode-se ter em consideração, para além da colaboração em todo processo o que garante um processo dinâmico e sustentável.

Apesar de haver envolvimento comunitário na elaboração dos planos de urbanização no Município da Manhica, vê-se a necessidade de melhorar-se na forma como tem-se integrado a comunidade, em que para além de informar a mesma da necessidade de elaboração dos planos e na implementação, deve ser um envolvimento real, profundo, abrangente e integrante em todo processo de expansão urbana, desde na fase de elaboração dos planos, sua implementação e sua execução bem como a sua monitoria, só assim estará se perante processo de expansão urbana sustentável.

E por fim no que diz respeito a integração comunitária na preservação de espécies naturais no Município da Manhica, pode se considerar campanhas de consciencialização, sensibilização e educação ambiental com que a comunidade tem participado na preservação de espécies naturais, onde verificou-se resultados e melhorias no combate a queimadas descontroladas, exploração das áreas protegidas através de abate das espécies, desmatamento e diminuição total da procura do combustível lenhoso nas áreas delimitadas e bem indicadas como áreas preservadas.

Percebeu-se que o nível de envolvimento da comunidade na preservação de áreas protegidas é bem maior, onde a própria comunidade passou a zelar, controlar e fiscalizar as áreas protegidas e por conta disso cada membro da comunidade é responsável em cuidar e vigiar o próximo que tenha intenção de invadir e explorar estas áreas. Essa participação voluntária em acções de protecção à áreas de conservação, faz perceber que a comunidade esta integrada na preservação das áreas ambientais.

## **6.2. Recomendações**

O envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana pode influenciar na tomada de decisão e na provisão das políticas urbanas por parte do poder público se for efectivo, abrangente e inclusivo.

Deve-se melhorar na forma como tem-se envolvido a comunidade nos processos de expansão urbana pois, se for efectivo pode influenciar no cumprimento das políticas de forma mais abrangente e inclusivo.

Ao se envolver a comunidade na elaboração dos planos de expansão urbana o processo pode-se tornar dinâmico e sustentável, uma vez que poderá derivar de várias opiniões e sobre tudo poderá incluir os anseios e necessidades da própria comunidade.

Deve-se integrar toda comunidade independentemente do estrato social e género, pois só assim poderá se ter soluções abrangentes e inclusivas de forma que todos sintam-se integrados e beneficiados no processo.

No que concerne à preservação de espécies naturais, deve-se elaborar planos de gestão de áreas preservadas e protegidas ambientalmente, acompanhados com planos de manejo que poderão regular o funcionamento e controle das áreas de preservação e deve haver integração profunda da comunidade na preservação das espécies naturais.

Deve haver programas de manejo das áreas de preservação onde a comunidade deve também fazer parte destes programas, para que o processo seja inclusivo, e com a participação da comunidade, haverá a disseminação da informação facilmente, o controle e protecção destas áreas será também abrangente.

Deve-se promover planos e programas de gestão ambiental incluindo a formação e capacitação da comunidade tendo como ênfase a comunidade mais próxima das áreas de protecção ambiental, para melhor controlo e gestão efectiva.

Deve haver promoção da participação de ONGs em matérias de gestão ambiental com a participação da comunidade local como forma de gestão participativa.

Deve-se disseminar, reproduzir e expandir espécies com maior risco de extinção como forma de manter a espécie.

Os planos, programas e manejo comunitário de gestão de áreas de protecção ambiental vão promover o reconhecimento preservação e protecção dessas áreas, formar e capacitar a comunidade na melhor gestão das áreas ambientais e na disseminação de informação através de consciencialização e sensibilização da comunidade em geral.

Para as futuras pesquisas sugere-se um estudo comparativo entre territórios que possam ter passado pelo processo de expansão urbana e que permitam entender qual deles terá integrado a comunidade e caso não tenha havido integração qual terá sido o resultado e ou o posicionamento da comunidade em causa. Igualmente seria desejável perceber com profundidade se existe uma melhor forma de integrar a comunidade nos processos de expansão urbana. E por fim se existe algum mecanismo de conciliar a preservação de espécies naturais da necessidade de utilização dos recursos nas áreas preservadas.

## Capítulo VII

### 7. Referência bibliográfica

Alegre, T.V.N.G. (2012). Cooperativas agrícolas e desenvolvimento comunitário do distrito de Boane: caso das cooperativas 25 de Setembro e agro-pecuária de Campoene. (dissertação de mestrado). Universidade Eduardo Mondlane. Maputo. Moçambique

Alves, B.H.P.F., e Alves, C.D., Pereira, M. N., & Monteiro, A. M. V. (2010). Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socio ambiental em escala intra-urbana. (artigo). Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 141-159. Junho

Alves, D. D. P., Pinto, A. B. C., Affonso, G. U., & De M. (2022). Interpretação ambiental e educação ambiental crítica no ecoturismo: definindo critérios para analisar o plano interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. (artigo). Revbea. São Paulo. V.17, nº167-194.

Amado, M. J. N. P. (2002). O processo de planeamento urbano sustentável. (Dissertação de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

Augusto, G. L. A., Santos, P. V., Barata, S. A. W., & Reguera, N. C. (2020). Extensão universitária em comunidade rural: diálogos para conservação da *araucaria angustifolia*. (artigo). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. Revista Conexão UEPG, vol. 16, núm. 1. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514162470005> DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.16.13566.003>

Braun., V. E., & Clark, V. (2006). Usando análise temática em psicologia, pesquisa qualitativa em psicologia, 3 (2). PP.77.ISSN 1478-0887. [Http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa](http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa)

Cândido, G. A., & Araújo, M. C. C. (2014). Qualidade de vida e sustentabilidade Urbana. (artigo). Universidade Federal de Campira Grande. Janeiro

Carvalho, C. M. S., Ribeiro, P. V., Bruno, S. F., Dos Reis, M. G., Fieker, C. Z., & Souza, R. O. (2016). Estratégias de integração entre pesquisa e manejo do fogo no Parque Nacional de Serra da Canastra como parte do desenvolvimento de um programa de manejo integrado do fogo. (arquivo). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Cunha, A. C. C. (2023). Património de proximidade. O envolvimento da comunidade na valorização do património cultural de Perafita (Vila verde- Vila real). V.1

Chiúre, C. A. M. (2019). A importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do parque nacional do Limpopo. (dissertação de mestrado). Instituto Politécnico de Coimbra. Agosto

Chivambo, B. (2020). Direitos a participação comunitária. Medicus mundiecentro terra viva. Pemba. Cabo Delgado

- Correia, R.L., Akerma. M., & Da Costa. S. L. (2018). Processos de inclusão e participação Quilombola nas políticas urbanas da cidade. (artigo). Rio de Janeiro
- Do Nascimento, T. M. M. (2019). Processos de re (estruturação) urbana em contexto autoproduzido, Água Grande (São Tomé) como caso de estudo. Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitetura. Lisboa
- Doniak, F. A. (2002). Participação comunitária no processo de desenvolvimento local: estudo do caso do Município de Rancho Queimado. (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis. Agosto
- Dos Santos, F.S.A. A importância da biodiversidade. (2010). Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Dezembro.
- Drumond, M. A. (2002). Participação comunitária no manejo de unidades de conservação. Manual de técnicas e ferramentas. (instituto terra Brasília de desenvolvimento socio-Ambiental. Belo Horizonte
- Elvas, S. S. N. V. (2009). Sentimento de comunidade e seus contributos no bairro da horta nova. (dissertação de mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 2º Série. Março
- Filho Silva, P.C.L., Giazzon, A. M. E., Passuela, A., & Treméa, C. (2016). Desenvolvimento de um processo participativo para redução de vulnerabilidade a desastres, tendo como base a qualificação da percepção do risco. Brazil. Outubro
- Goncalves, C. (2019). A expansão urbana e o mercado imobiliário: a cidade das Caldas da Rainha como laboratório. (dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa
- Gois, C.W.D.L. (1994) Noções de psicologia comunitária. 2º Edição. Fortaleza-Ceará
- Guevane, L.A. (2020). Expansão urbana: reflectindo em torno da tipologia da cidade de Maputo. (artigo) Universidade Pedagógica de Maputo. Maio
- Guma, J.L (2016). Planejamento e gestão urbanos em cidades pequenas: um estudo sobre Benedito Novo e do Rio dos Cedros-SC. (dissertação de mestrado). Porto Alegre-RS
- IMPACTO- MICOA. (2012). Ministério de Coordenação da Acção Ambiental. Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso Actual da Terra nos Distritos da Zona Costeira de Moçambique. Distrito de Manhiça Província de Maputo. Junho
- Ivan, B. C., & Albino. S. A. (2017). Governança participativa em Moçambique: dinâmicas de envolvimento dos cidadãos na gestão municipal na cidade de Xai-Xai. APGS. V9. nº1(artigo). Universidade Federal Viçosa de Brasil
- Kunhavalk, J. P., Silva. S. L., Da. C., & Carregosa. E. A. (2015) Unidade de conservação e comunidade local: uma relação em construção. Vol. 35. Dezembro
- Lakatos, E. M., & Marconi. M. D. A. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. 5º Edição. Alas, SA. São Paulo

Lei n° 17/2007- ordenamento territorial. de 18 de Julho

Lins, R. D. B., & Japiassu. L. A. T. As diferentes formas de expansão urbana. Revista nacional de gerenciamento de cidades. V. 02 n°13. Pp.15-25. ANAP

Lopes, A. R. G. (2017). Projecto de desenvolvimento social comunitário de combate ao despovoamento no Concelho de Penamacor. (dissertação de mestrado). Instituto Universitário de Lisboa. Setembro

Lopes, C. M. J. R. (2005). Participação em projectos de desenvolvimento local: um estudo no bairro dos Marins. Piquete. SP. (dissertação de Mestrado)

Masquete, J. A. (2017). Integração do uso agrícola no planeamento e gestão urbana em Lichinga (Moçambique): Realidade, Percepções e oportunidades. (tese de doutoramento)

Matos, J. E. A. C. (2011). A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socio-espaciais: caso de Chimanimani no centro de Moçambique. (dissertação de mestrado). Universidade de Rio Grande de Sul. Porto Alegre. Março

Mendes, A. B. (2009). Projecto de desenvolvimento comunitário da vila de Benedita entre 1962 e 1964: Reflectindo sobre as modificações económicas, sociais, educativas e culturais (tese de mestrado) Leiria

MITADER- DEPCAM. Departamento de planeamento e ordenamento territorial (2015)

Muacuveia, R. R. M. (2019). Urbanização contemporânea em Moçambique: papel dos instrumentos de planeamento urbano na ocupação do espaço. (tese de doutoramento). Universidade Federal de Uberlândia. MG

Nascimento, E., & Matias, L. F. (2011). Expansão urbana e desigualdade socio-espacial: uma análise da Cidade de Ponta Grossa (PR). (Artigo). Curitiba. Departamento de Geografia-UFPR. RA. GA. P 65. 97

Nascimento, G.A. (2004). Saneamento básico em áreas urbanas pobres: planejamento e gestão de programas na região sul do Brasil. (tese de doutoramento). Florianópolis, SC

Portela, R. D. S. (2005). Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas: A experiencia do projecto de macro drenagem da Bacia do UNA (Belém-PA). (dissertação de mestrado. Belém/PA

Ranchardas, P. C. P., Marques, M. J., & Bandeira, A. (2007). Manual de suporte à implementação da metodologia: projectos de inovação comunitária. Setembro. Lisboa

Ramos, C.T. Teorias da integração Europeia uma breve perspectiva. UFP. Cramos DUFTP. PT

Regulamento da lei de ordenamento territorial. (2008). (Decreto n° 23/2008). Julho

Relatório 41/2013-DED/NAU. Participação da comunidade com processos de desenho urbano e de urbanismo- levantamento e descrição de métodos e técnicas. Lisboa Fevereiro, proc. 0806/11/17779

Ribeiro, K. T., & De Filipo. D. C. (2013). Envolvimento comunitário no controle de uma planta exótica invasora na Serra do Cipo Minas Gerais. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade. Outubro.

Rocha, C. F. Expansão urbana, habitação e governança territorial. Um estudo aos Municípios da área Metropolitana do Porto a Norte do Rio Douro de 1994 a 2012. (dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa

Rodrigues, V. A. M. (2011). Metodologia para investigação social. Escolar editora

Rosa, M. O. (2014). Processo de urbanização e a qualidade de vida: Observação sobre o espaço urbano de Brasília. ICPD. Brasília

Sakurai, T., & Costa, B. F. M. (2021). A participação comunitária em projectos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo- estudo das hortas urbanas, hortas da dona Sebastiana, agrofavela-refazenda e horta popular criando esperança. (artigo). Revista LABVERDE. FAUUSP. São Paulo. V. 11, n.01

Santos, A. F. G. (2020). Determinantes de expansão urbana no Brasil. (dissertação de mestrado). Recife

Santoro, P. F. (2012). Planear expansão urbana dilemas e perspectivas. (tese de doutoramento). São Paulo. Janeiro

Santiago, Y. (2009). Desenvolvimento comunitário: das teorias as praticas- turismo, Ambiente e práticas educativas em São- Tome e Príncipe. 1º Edição. Lisboa

Schimizu, J. Y. (2007). Estratégia complementar para conservação de espécies florestais nativas: resgate e conservação de ecótipos ameaçados. Colombo-PR

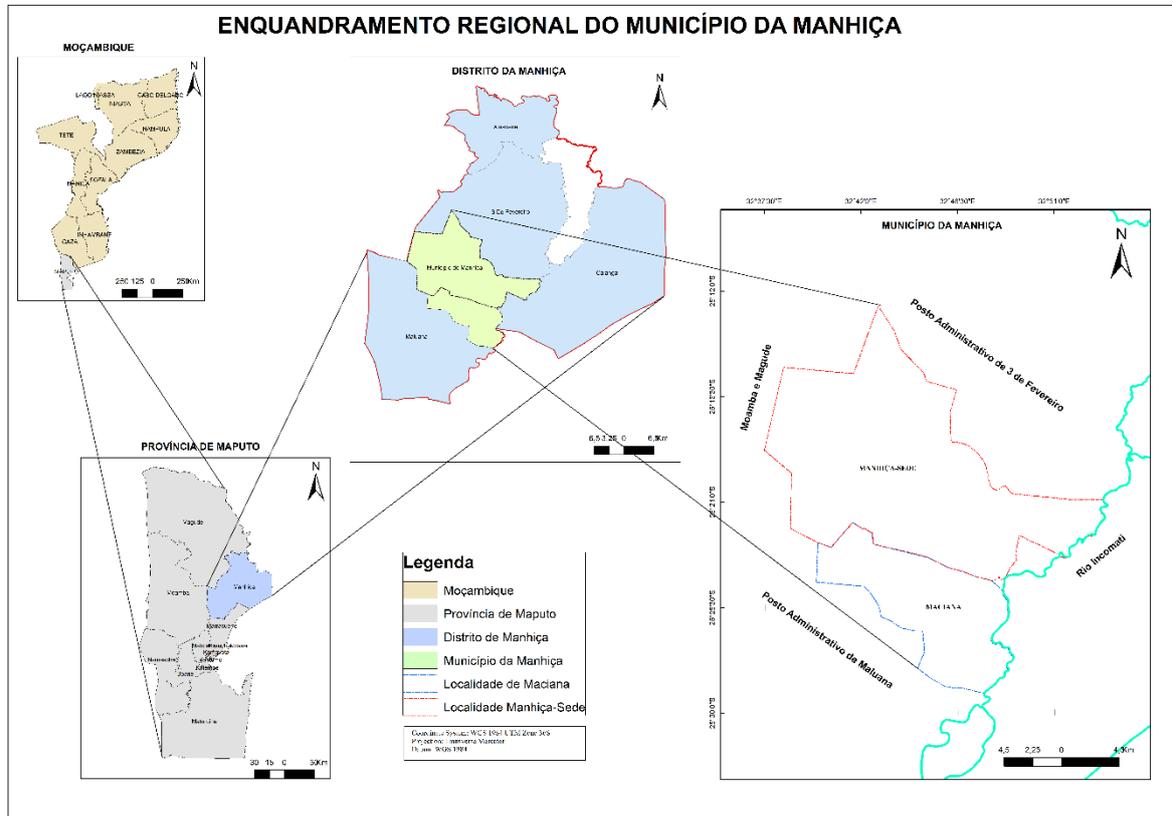
Simione, A. A. N., & Da, S. (2018). Participação social e efectividade da deliberação em conselhos locais em Moçambique. (tese de douramento). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Julho. Belo Horizonte – MG. v. 05, n.03. Jul/Setembro

Teixeira, J. V. (2018). A participação das comunidades locais na gestão das florestas em Moçambique: caso dos distritos de Montepuez, Mauia, Marrupa e Majune. (tese de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa. Janeiro

## Elementos Pós-textuais

### Apêndice 1:

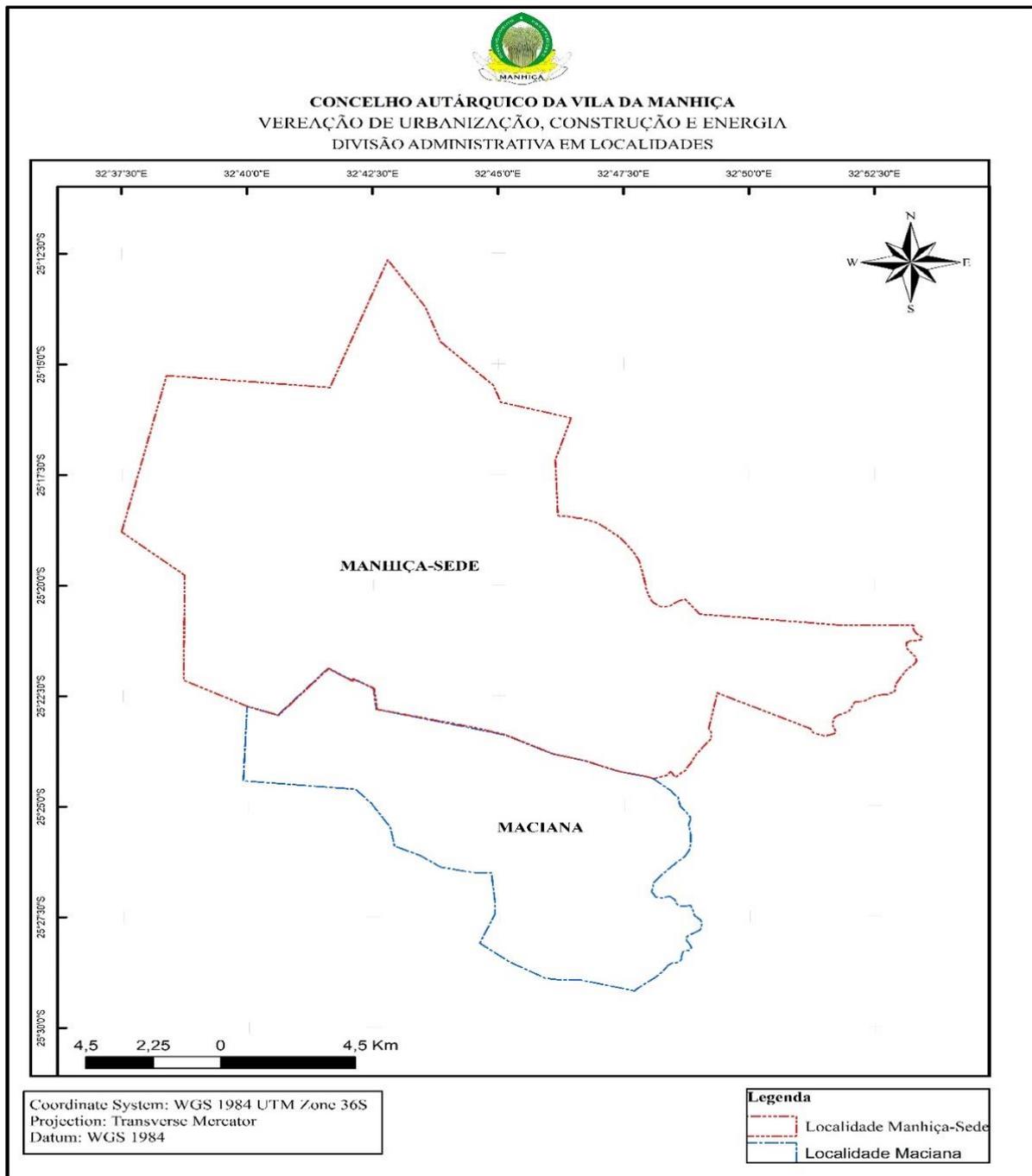
Mapa 1 de enquadramento do Município da vila Manhiça.



Fonte: Adaptada pela autora por (CAVM)

## Anexo 1:

Mapa 2 de divisão administrativa em localidades do Município da Manhiça.



Fonte: CAVM

## Apêndice 2:

Tabela 5 referente as etapas e planificação da pesquisa tendo em conta ao período de execução.

Processo e planificação da pesquisa-2023											
		Período/Mês									
Etapas		M ar	A br	M a	Ju n	Ju l	Ag os	Se t	O ut	No v	De z
Fase pré-pesquisa	Escolha do Tema e definição do problema										
	Identificação da causa do problema										
	Leitura à redacao da proposta										
	Entrega da proposta da pesquisa para aprovação										
Fase após -Pesquisa	Revisão da literatura profunda reflexiva e crítica										
	Aferição da proposta aprovada, definição do problema científico e hipóteses										
	Elaboração da metodologia da pesquisa, técnicas e ferramentas										
	Quadro de planificação da pesquisa, enquadramento temporal e espacial										
	Elaboração de índice provisório, redação da fundamentação teórica e capítulos										
	Coleta, organização e análise de dados relacionados ao problema										
	Discussão dos resultados apos a interpretação dos dados										
Fase redação final	Métodos, técnicas e ferramentas e Conceituação teorica										
	Redação final resultante da interpretação dos dados e discussão dos resultados										
<b>Legenda</b>											
		Representa de 1° a 4° etapas da pesquisa.									
		Representa de 5° a 11° etapas da pesquisa.									
		Representa 12° a 13° etapas da pesquisa.									

Fonte: Autora

### **Apêndice 3:**

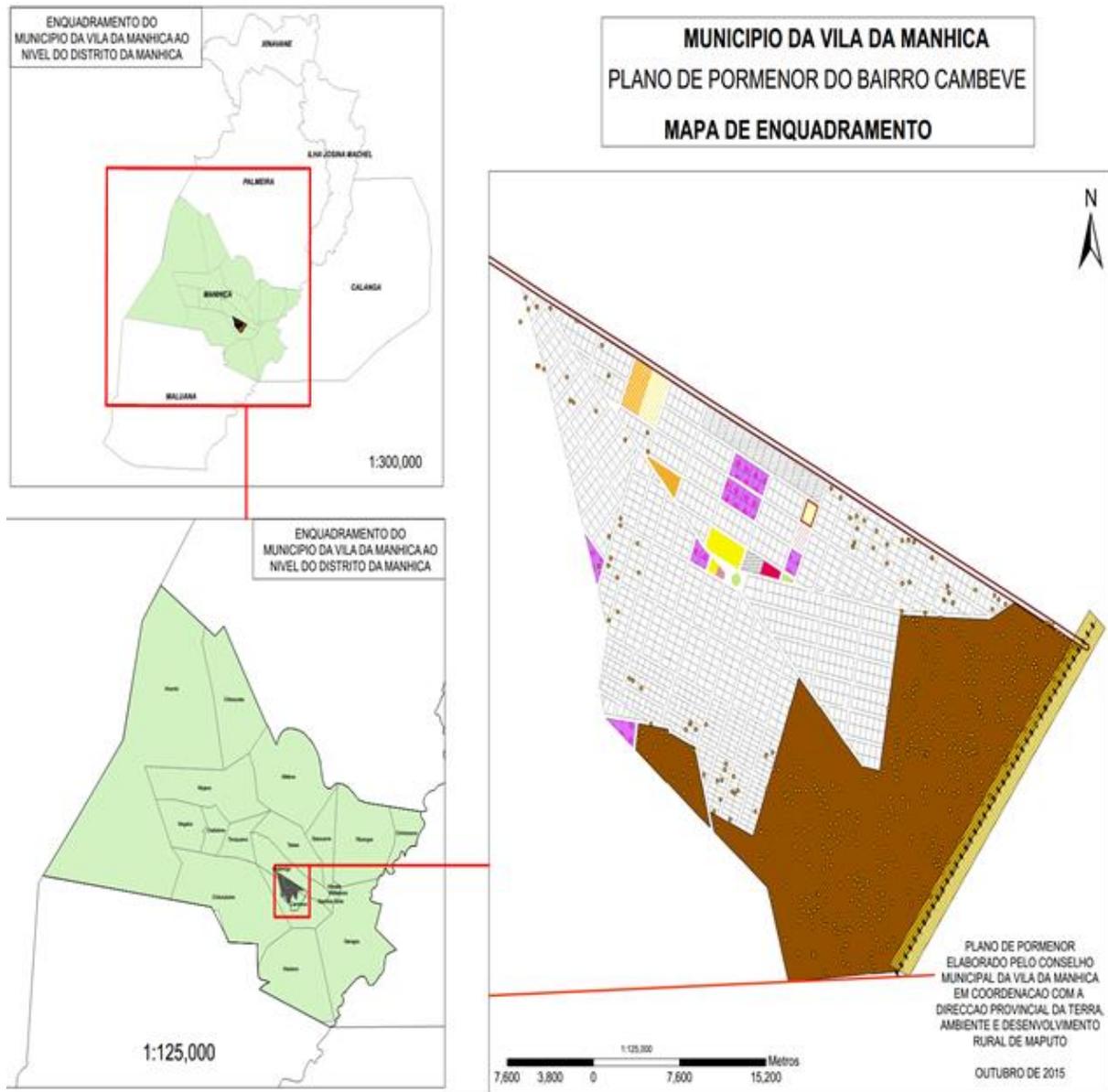
Tabela 6 que ilustra as actividades e seus períodos de realização

<b>Cronograma da pesquisa ano 2023</b>										
<b>Actividade e período de execução</b>	Mar	Abr	Ma	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Projecto de Pesquisa	■	■	■							
Revisão da Literatura	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Levantamento dos dados				■	■	■	■	■		
Análise e compilação dos dados					■	■	■	■		
Inquéritos (entrevista)					■	■	■			
Desenvolvimento da pesquisa						■	■	■		
Conclusões e recomendações							■	■	■	
Dissertação de mestrado									■	■

Fonte: Autora

## Anexo 2:

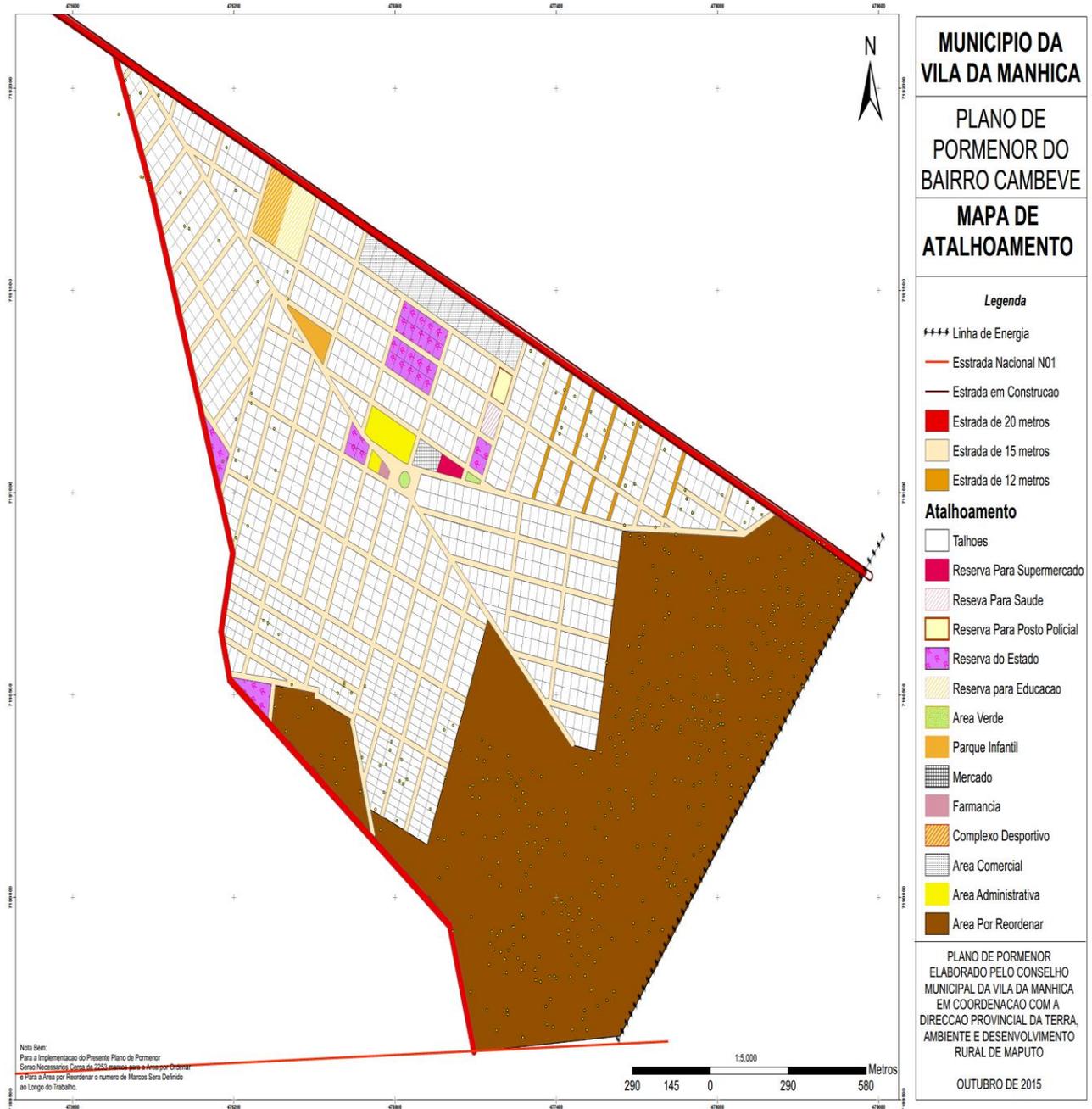
### Mapa 3 Plano de pormenor de Cambeve



Fonte: CAVM

## Anexo 3:

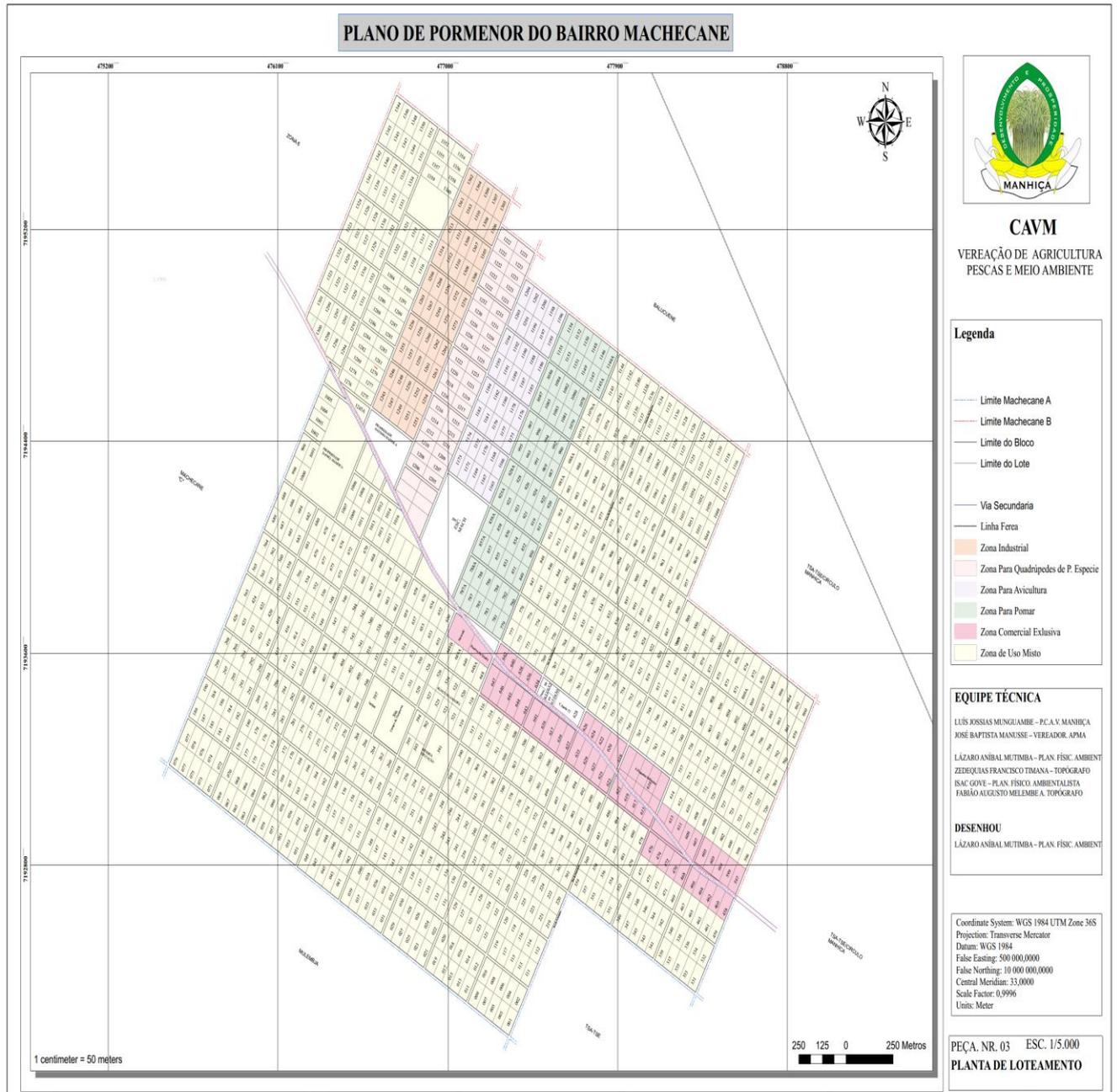
### Atalhoamento do Bairro Cambeve



Fonte: CAVM

## Anexo 4:

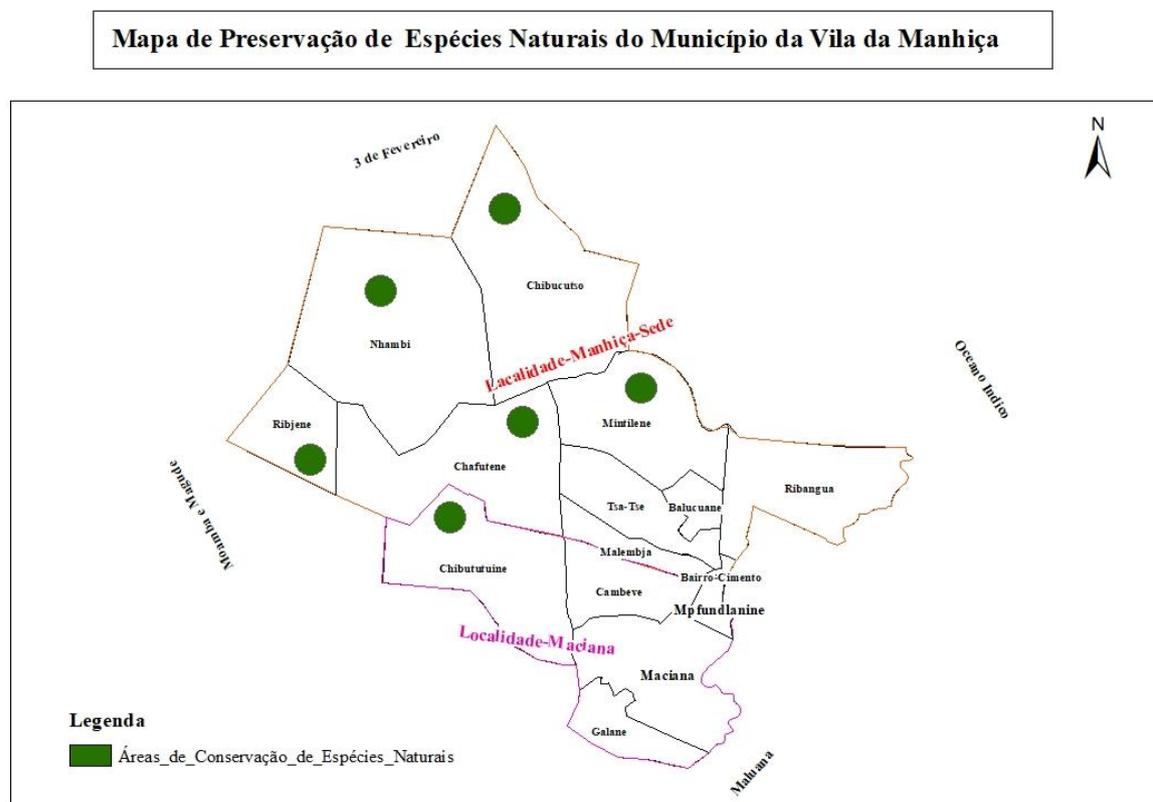
### Mapa 4 Plano de pormenor do bairro Machecane



Fonte: CAVM

## Apêndice 4:

Mapa 5 das áreas de preservação de espécies naturais no Município da Manhiça.



Fonte: Autora

## **Apêndice 5:**

**Imagens 1 e 2 retratando uma participação comunitária numa reunião comunitária**



**Fonte:** Autora

**Imagens 3 e 4 ilustrando um envolvimento comunitário no reconhecimento dos limites territoriais**



**Fonte:** Autora

## **Apêndice 6**

### **Guião de entrevista do primeiro fenómeno envolvimento comunitário nos processos de expansão urbana.**

- 1- Quais são as formas de integração comunitária nos processos para expansão urbana no Município da Manhica?
- 2- Como avalia a integração comunitária nos processos para expansão urbana no Município da Manhica?
- 3- Como a integração comunitária pode melhorar e dinamizar processos de uma expansão urbana para expansão urbana adequada no Município da Manhica?

### **Apêndice 7:**

**Guião de entrevista do segundo fenómeno envolvimento comunitário na preservação de espécies naturais.**

- 1- No Município da Manhiça existem áreas destinadas a preservação de espécies nativas?
- 2- Quantas áreas existem definidas a nível Municipal para preservação de espécies naturais?
- 3- Há envolvimento da comunidade na preservação de espécies naturais, como tem sido?